



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS
Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais
Mestrado em Gestão - Especialização em Gestão de Negócios

CRISE ECONÓMICA NA VIDA FAMILIAR DOS MILITARES
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Mestranda: Sandra Cristina Nogueira Castro Couto

Orientador: Professor Doutor Paulo Pereira

Viseu, outubro de 2014

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS
Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais

CRISE ECONÓMICA NA VIDA FAMILIAR DOS MILITARES
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Dissertação apresentada a Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Gestão, Especialização em Gestão de Negócios, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Pereira.

Mestranda: Sandra Cristina Nogueira Castro Couto

Viseu, outubro de 2014

Resumo

A sociedade Portuguesa construiu-se através de conquistas militares, e mantém-se através de famílias, sejam elas como forem. Nos dias de hoje, tanto as famílias quanto os militares têm sido vítimas da crise económica Portuguesa que, de certa forma, os influenciou.

Com este trabalho temos por objetivo expor a crise económica portuguesa e a sua influência na vida familiar dos militares pertencentes à brigada de intervenção rápida do exército. Para tal será abordada a crise económica de forma global e mais especificamente a crise económica portuguesa.

De forma a enquadrar o tema escolhido será igualmente abordada a família nas suas diversas formas e a relação desta com o trabalho e a crise económica portuguesa. A entrada do FMI em Portugal, pela terceira vez, levou a cortes orçamentais, sendo que dentro dos mais prejudicados se encontram as Forças Armadas Portuguesas.

Dada a ligação entre estes fatores, apresenta-se neste estudo uma análise sobre de que forma, e se, a crise económica influenciou a vida familiar dos militares pertencentes a Brigada de Intervenção Rápida do Exército. Através desta análise realizada, podemos concluir que, a crise económica não registou uma grande influência na vida familiar dos militares inquiridos, visto ter sido indicada por poucos como fator condicionante nas suas escolhas.

Abstract

The Portuguese society was built through military conquests, and keeps through families, whether they are like. These days, both families and the military have been victims of the economic crisis that Portuguese, somewhat influenced.

With this work we aim to expose the Portuguese economic crisis and its impact on family life of soldiers belonging to the brigade rapid intervention of the army. This will be addressed the economic crisis globally and more specifically the Portuguese economic crisis.

In order to fit the chosen theme will also address the family in its various forms and its relationship with work and the Portuguese economic crisis. The entrance of the IMF in Portugal for the third time, led to budget cuts, and within the most affected are the Portuguese Armed Forces.

Given the link between these factors, this study presents an analysis of how, and if, the economic crisis has affected the family life of soldiers belonging to the Rapid Intervention Brigade of the Army. Through this analysis, we can conclude that the economic crisis has not experienced a major influence on family life of military respondents, as was indicated by few as a conditioning factor in their choices.

Índice Geral

| | |
|--|------|
| Índice de Figuras | XI |
| Índice de Quadros | XI |
| Índice de Tabelas..... | XIII |
| Lista de Siglas | XV |
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo 1. Crise Económica | 3 |
| 1.1. Crise Económica em Portugal | 4 |
| 1.2. Relação da crise económica com o Exército Português | 6 |
| Capítulo 2 – Família | 11 |
| 2.1. Evolução da Família em Portugal | 11 |
| 2.2. Situação Populacional Portuguesa e as suas Consequências na Família.... | 13 |
| 2.3. Relação Trabalho-Família | 17 |
| Capítulo 3 – Forças Armadas Portuguesas | 21 |
| 3. Forças Armadas Portuguesas..... | 21 |
| 3.1. Marinha Portuguesa | 24 |
| 3.2. Força Aérea Portuguesa | 25 |
| 3.3. Exército Português | 26 |
| 3.4. Brigada de Reação Rápida do Exército..... | 28 |
| 3.4.1. Centro de Tropas Paraquedistas..... | 29 |
| 3.4.2. Centro de Tropas de Operações Especiais | 31 |
| 3.4.3. Centro de Tropas Comandos..... | 32 |
| Parte II- Estudo de Caso..... | 35 |
| Capítulo 4 – Metodologia..... | 35 |
| 4.1. Caracterização do Estudo..... | 36 |
| 4.2. Procedimentos de Aplicação..... | 37 |
| 4.3. Objetivos de Estudo | 38 |
| 4.4. Caracterização da Amostra | 39 |
| 4.5. Procedimentos de análise e tratamento de dados | 41 |
| Capítulo 5 – Apresentação e Discussão | 43 |
| 5. Apresentação | 43 |
| 5.1. Caracterização Profissional e Pessoal..... | 45 |
| 5.2. Caracterização Sociodemográfica..... | 49 |
| 5.3. Situação Económica | 60 |

| | |
|--|-----------|
| 5.4. Discussão de resultados..... | 71 |
| Conclusão..... | 75 |
| Bibliografia..... | 77 |
| Anexos..... | 83 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Pirâmide Etária Portuguesa..... | 14 |
| Figura 2: Mapa de missões internacionais..... | 22 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Situação Social Portuguesa..... | 5 |
| Quadro 2: Cortes financeiros nos militares pertencentes aos quadros permanentes das Forças Armadas Portuguesas..... | 7 |
| Quadro 3: Faixa Etária de Emigração..... | 13 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Idades dos Militares..... | 39 |
| Tabela 2 – Tropa Especial dos Militares..... | 40 |
| Tabela 3 – Posto dos Militares..... | 40 |
| Tabela 4 – Razão pela qual se juntou a esta tropa especial..... | 45 |
| Tabela 5 – Habilitações Literárias..... | 46 |
| Tabela 6 – Relação entre Habilitações Literárias e Posto: Frequência das categorias Habilitações Literárias em cada Posto..... | 47 |
| Tabela 7 – Distância do local de trabalho à sua habitação..... | 49 |
| Tabela 8 – Com que frequência vai a casa..... | 49 |
| Tabela 9 – Por que razão não vai a casa diariamente..... | 50 |
| Tabela 10 – Pernoita no local de trabalho..... | 50 |
| Tabela 11 – Estado Civil..... | 51 |
| Tabela 12 - Relação entre Razão do Estado Civil e Estado Civil: Frequência das categorias Razão do Estado Civil cada Situação do Estado Civil..... | 52 |
| Tabela 13– Relação entre estado civil e com que frequência vai a casa..... | 53 |
| Tabela 14 – Relação entre quer ter mais filhos e com que frequência vai a casa..... | 54 |
| Tabela 15 - Relação entre Habilitações Literárias dos Cônjuges e a Situação dos Cônjuges: Frequência das categorias Habilitações Literárias em cada Situação do Cônjuge..... | 55 |
| Tabela 16- Situação dos Cônjuges..... | 56 |
| Tabela 17 – Tem filhos?..... | 56 |
| Tabela 18 – Relação entre a situação do cônjuge e se tem filhos..... | 57 |
| Tabela 19 - Relação entre tens filhos e o estado civil: Frequência das categorias tem filhos em cada situação do estado civil..... | 57 |
| Tabela 20- Quantos filhos tem?..... | 58 |
| Tabela 21 – Quer ter mais filhos?..... | 58 |

| | |
|---|----|
| Tabela 22 – Relação entre querer ter mais filhos e a situação do cônjuge..... | 59 |
| Tabela 23 – Qual a razão pela qual não tem ou não quer ter mais filhos?..... | 59 |
| Tabela 24 – Situação habitacional..... | 60 |
| Tabela 25 - Relação entre situação habitacional e o estado civil: Frequência das categorias situação habitacional em cada situação do estado civil..... | 61 |
| Tabela 26- Economias e poupanças..... | 61 |
| Tabela 27 – Hábitos de consumo..... | 62 |
| Tabela 28 – Despesas se Alimentação..... | 62 |
| Tabela 29 - Lazer – cinema, jantar fora e férias..... | 62 |
| Tabela 30 – Teste ANOVA: Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer nas várias categorias do estado civil..... | 64 |
| Tabela 31 - Teste ANOVA: Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer nas várias categorias da Tropa Especial..... | 65 |
| Tabela 32 – Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer com a categoria se tem filhos: Estatísticas descritivas e resultados do teste t..... | 67 |
| Tabela 33 – Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer, com a categorias se quer ter mais filhos: Estatísticas descritivas e resultados do teste t..... | 69 |

Lista de Siglas

AOFA- Associação de Oficiais das Forças Armadas

BCE- Banco Central Europeu

BRR- Brigada de Reação Rápida

BG- Brigada

CTOE- Centro de Tropas de Operações Especiais

CTC- Centro de Tropas Comandos

ETP- Escola de Tropas Pára-quedistas

EUA- Estados Unidos da América

EU/UE- União Europeia

EMGFA- Estado Maior General das Forças Armadas

FA- Forças Armadas

FMI- Fundo Monetário Internacional

INE- Instituto Nacional de Estatística

NATO/OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Treaty Organization)

NFR-Nato Response Force

PIB- Produto Interno Bruto

Introdução

Uma sociedade constrói-se através de conquistas, algumas das quais em Portugal foram levadas a bom porto por militares, ainda que nem sempre tivessem essa denominação. Essa sociedade transforma-se e mantém-se através de famílias. Ao longo dos tempos vimos o termo família a sofrer diversas modificações ao nível da sua composição, contudo a família, seja ela nuclear ou monoparental, encontra-se sempre presente.

A crise financeira portuguesa alterou as estruturas financeiras causando a recessão e levou também a que as famílias se ressentissem. Nos dias de hoje verifica-se a existência de várias famílias sem condições económicas.

A entrada do FMI em Portugal e a imposição do programa de apoio económico e financeiro a Portugal levaram a cortes orçamentais em diversas instituições do estado, sendo que, segundo o documento de ajuda financeira a Portugal elaborado pelo FMI, as Forças Armadas estão entre as mais prejudicadas, tendo que reduzir militares, sofrer cortes no ordenado e diminuir gastos a nível de equipamentos.

A maioria dos militares afetados com estes cortes encontram-se na idade de formar família.

Propomo-nos, portanto, analisar, ao longo da dissertação, de que forma esta crise financeira portuguesa afeta a vida familiar dos militares. Este estudo vai incidir apenas sobre os militares masculinos dos quadros permanentes, pertencentes à Brigada de Reação Rápida do Exército, que é composta pelas Operações Especiais, Comandos e Pára-quedistas.

De forma a enquadrar o tema escolhido, dividimos o trabalho em cinco capítulos, da seguinte forma. No primeiro capítulo abordamos a crise económica numa perspetiva mundial, desde o seu início ao seu desenvolvimento pela Europa até a sua chegada a Portugal, evidenciaremos a crise económica portuguesa e as repercussões que esta teve na situação social do país tal como a sua relação com o exército português. No segundo capítulo tratamos a evolução da família até aos dias de hoje, e a sua classificação nas diversas categorias, evidenciamos a situação populacional portuguesa e a sua influência na família, no âmbito da emigração e do envelhecimento da população. Mencionamos também a relação trabalho-família, abordando o equilíbrio existente entre esta. No terceiro capítulo abordamos as forças armadas portuguesas e a sua constituição, dando principal destaque ao exército e dentro deste a brigada de

intervenção rápida e a sua constituição. No quarto capítulo passamos ao estudo de caso, onde caracterizamos o estudo expondo o tipo de pesquisa utilizada, o procedimento de aplicação, de análise e tratamento de dados, tal como expomos os objetivos de estudo e a caracterização da amostra. No quinto capítulo apresentamos e discutimos os resultados do estudo.

É importante tomar conhecimento de todas as cedências feitas pelos militares, sendo, por isso, importante também, no decorrer da dissertação, dar a conhecer o trabalho feito pelas Forças Armadas, bem como todas as concessões a que os militares estão dispostos de forma a servir a sua Nação.

Parte I- Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Crise Económica

De forma a enquadrar o tema abordado na seguinte dissertação, elaboramos uma breve descrição da crise económica atual. Pretendemos referir a crise económica desde o seu início.

Numa perspetiva mundial, esta crise teve o seu início nos EUA com a falência do banco *Lehman Brothers*, que afetou significativamente os mercados da bolsa, tendo sido apelidada de Grande Recessão. Esta falência desencadeou a quebra de outras instituições, levando vários bancos à bancarrota e ao declínio do mercado imobiliário. Este fenómeno desencadeou perdas colossais nas mais importantes instituições financeiras do mundo (Cooper, 2008).

A nível europeu, em outubro de 2008, a Alemanha, a França, a Áustria, os Países Baixos e a Itália anunciaram pacotes que somam 1,17 milhões de biliões de euros em ajuda aos seus sistemas financeiros. O PIB da Zona do Euro teve uma queda de 1,5% no quarto trimestre de 2008, em relação ao trimestre anterior, a maior contração da história da economia da zona (Costa, Mendonça, Romão e Silva, 2012).

Segundo Costa, Mendonça, Romão e Silva, (2012),

A crise na Europa [...] evidenciou, sobretudo, na incapacidade de dar resposta atempada ao agravamento das dificuldades que conduziram à chamada crise das dívidas soberanas [...] revelou o aprofundamento de um processo de crise mais vasto do próprio processo de integração europeia, que se desenvolveu através de duas componentes fundamentais. Uma, ligada ao processo de integração no seu conjunto, e que se manifestou numa crise de identidade do próprio projeto de integração europeia. Outra, mais específica, ligada ao funcionamento do euro e que se manifestou na ineficácia de ajustamento interno da zona monetária.

Em Portugal a crise económica faz surgir preocupações relativamente ao desaparecimento da classe média. Como consequência da crise que atravessamos, segundo Elísio Estanque (2012), sociólogo, “A classe média [...] no atual quadro de austeridade, encontra-se em risco de empobrecimento compulsivo [...] está em risco de

um empobrecimento muito rápido que pode levar a um descontentamento mais amplo na sociedade portuguesa e ao enfraquecimento do sistema socioeconómico e do sistema democrático”. Podemos dizer que os mais afetados por esta situação são os jovens, na sua maioria os que possuem uma licenciatura, pois encontram-se em situação de desemprego e sem perspetivas futuras.

Os dados da EUROSTAR (2014) revelam que Portugal tem, no espaço do euro, a quinta taxa mais elevada de desemprego, situando-se nos 15,2%, depois da Grécia (26,7%), de Espanha (26,7%), do Chipre (17,4%) e da Croácia (17,3%).

1.1. Crise Económica em Portugal

Pretende mencionar-se a crise económica em Portugal, sendo, no entanto, necessário mencioná-la sem negligenciar o seu enquadramento estrutural e temporal. Portanto, antes de especificar os contornos da crise em Portugal é necessário compreender a sua origem nos Estados Unidos da América e a sua passagem pela União Europeia.

A crise actual teve o seu início nos Estados Unidos da América em 2007 com a crise do *subprime*, e, como se tem visto, já não se trata apenas de uma recessão. Devido à queda das bolsas de valores nos EUA a confiança no sistema é abalada e desta forma a crise começa a notar-se no sistema financeiro, quer nos EUA, quer na Europa, sendo que os primeiros países a sentirem a crise económica foram a Islândia, a Irlanda e o Reino Unido.

A crise passou primeiro por ser considerada como privada, estando envolvidos os sistemas financeiros, bancários e as famílias, no entanto, o endividamento e as falências do sistema bancário levaram a que a crise se estenda aos Estados, pois começa a notar-se a redução do PIB e as dificuldades empresariais, transformando-se desta forma em crise económica. Com esta crise surge o desemprego, empregos precários, entre outros fatores, o que se reflete numa crise social, pois o nível de vida começa a baixar. Dadas estas problemáticas, os Estados são incentivados a aumentar a despesa

pública, verificando-se, contudo, a redução das receitas fiscais. Tudo isto culmina em défices orçamentais e dívida pública.

Em 2010/2011, a crise das dívidas, que entretanto surgiu, levou a que três estados membros da União Europeia, a Grécia, a Irlanda e Portugal, fossem submetidos a intervenções do FMI, BCE e UE.

Esta intervenção teve por contrapartida para Portugal um programa de ajustamento com duas componentes: uma política de austeridade que prevê a redução do nível de vida da população, o que leva ao aumento do desemprego, ao desaparecimento da classe média, ao baixo nível de vida, à emigração, à baixa natalidade e à diminuição de salários e de prestações sociais; outra das componentes prende-se com uma reforma estrutural que engloba uma desregulação do mercado de trabalho, privatização de empresas, dificuldades no acesso à saúde e à educação. Portugal foi extremamente prejudicado pela crise, não só a nível económico mas também a nível social. A nível económico podemos mencionar diversos problemas como a baixa produção, a lenta progressão económica e a fraca capacidade de recuperação da economia.

O Fundo Monetário Internacional deu entrada em Portugal pela terceira vez a 6 de abril de 2010, sendo que as medidas por este impostas eram a redução do défice até 2013. O programa de assistência financeira a Portugal tem a duração de 3 anos e constará de um empréstimo de 27,27 milhões de euros, que será entregue em três parcelas. O fundo de resgate do FMI constitui uma parceria com a Comissão Europeia e com o Banco Central Europeu e o valor desta ajuda prestada ascende aos 78 mil milhões de euros (DNEconomia.pt, 2011). As principais medidas do programa de ajuda externa a Portugal visam cortes na saúde, na educação, nas reformas, na segurança nacional, entre outras (*International monetary fund, Rethinking the state—selected expenditure reform options*, 2013).

As medidas que advêm da intervenção realizada pelo FMI em Portugal alteraram a situação da população nos últimos 4 anos. Tal como podemos ver no quadro 1, os fatores sociais sobressaem na sua maioria de forma negativa, a taxa de natalidade baixou em 1,1 % nascimentos, nos últimos 4 anos, passando em 2010 de 9,6 % nascimentos para 8,5 % nascimentos em 2013, o desemprego, de 2010 para 2013,

aumentou em 4,2% sendo que no final de 2013 se registaram mais de 920 mil desempregados, o número de emigrantes também regista uma subida, e o défice público mostra melhorias desde a entrada do Fundo Monetário Internacional em Portugal, tendo registado uma descida de 4,9%, de 2010 a 2013, significando que Portugal está a obter melhorias a nível económico, mas a perder a nível social.

Quadro 1: Situação Social Portuguesa

| Ano | Natalidade em ‰ | Desemprego em % | Emigração | | Défice Público em per milagem |
|------|-----------------|-----------------|------------|------------|-------------------------------|
| | | | Permanente | Temporário | |
| 2010 | 9,6 ‰ | 11,1% | 23,76 | X | 99.000 |
| 2011 | 9,2‰ | 12,7% | 43 998 | 56 980 | 43.000 |
| 2012 | 8,5‰ | 15,7% | 51 958 | 69 460 | 65.000 |
| 2013 | 8,5 ‰ | 15,3% | X | X | 50.000 |

Fonte: Pordata / INE, (s.d.b.d,e).

1.2. Relação da crise económica com o Exército Português

A crise financeira que Portugal atravessa e o programa de assistência financeira a Portugal imposto pelo FMI levou a inúmeros cortes orçamentais. Segundo o Relatório Monetário Internacional, (*International monetary fund, Rethinking the state—selected expenditure reform options*, 2013), os polícias e os militares estão entre os mais prejudicados pelos cortes.

O documento elaborado pelo FMI (*International monetary fund, Rethinking the state—selected expenditure reform options*) afirma que existem classes profissionais com demasiadas regalias, existem polícias e militares a mais, os professores são relativamente privilegiados e os médicos auferem salários muito altos. Em resposta aos cortes propostos para as Forças Armadas, o Coronel Manuel Gracel, presidente da Associação dos Oficiais das Forças Armadas, responde que este documento revela falta de conhecimento das Forças Armadas, colocando em causa a soberania e a segurança do país e das pessoas (expresso.sapo, 2013).

O programa de apoio económico e financeiro a Portugal e o documento de estratégia Orçamental 2011/2015 preveem, até ao fim de 2014, uma redução de pelo menos 10% no pessoal militar das Forças Armadas e 10% nas despesas com esse

mesmo pessoal (Documento de Estratégia Orçamental, 2011 – 2015). Estes cortes já se fizeram sentir em 2011 com a redução de militares em regime de voluntariado e contrato, segundo o artigo 70º da Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro, os:

Quantitativos de militares em regime de contrato e de voluntariado:

1 - O quantitativo máximo de militares em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) nas Forças Armadas, para o ano de 2012, é de 17710 militares, sendo a sua distribuição feita pelos diferentes ramos:

a) Marinha: 2098;

b) Exército: 12939;

c) Força Aérea: 2673 (Diário da República Eletrónico, 2014).

Para o Estado estes cortes nas Forças Armadas serão vistos como um contributo das Forças Armadas para a concretização dos compromissos assumidos pelo estado português, sendo que os militares dos quadros permanentes das Forças Armadas terão a reestruturação presente do quadro 2:

Quadro 2: Cortes financeiros nos militares pertencentes aos quadros permanentes das Forças Armadas Portuguesas.

| Postos | Ramos | | | | | | Totais | |
|---|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | Marinha | | Exército | | Força Aérea | | | |
| | Até 31 de dezembro de 2012 | Até 31 de dezembro de 2013 | Até 31 de dezembro de 2012 | Até 31 de dezembro de 2013 | Até 31 de dezembro de 2012 | Até 31 de dezembro de 2013 | Até 31 de dezembro de 2012 | Até 31 de dezembro de 2013 |
| Almirante/General | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| Vice -almirante/Tenente -genera | 7 | 5 | 6 | 6 | 6 | 4 | 19 | 15 |
| Contra -almirante/Major -genera | 15 | 14 | 21 | 21 | 15 | 14 | 51 | 49 |
| Total de Oficiais- gerais | 23 | 20 | 28 | 28 | 22 | 19 | 73 | 67 |
| Capitão -de -mar -e -guerra/Coronel | 92 | 80 | 131 | 131 | 65 | 57 | 288 | 249 |
| Capitão -de -fragata/Tenente -coronel | 199 | 199 | 362 | 349 | 152 | 152 | 713 | 700 |
| Capitão -tenente/Major | 337 | 348 | 577 | 577 | 314 | 309 | 1228 | 1234 |
| Primeiro -tenente/Capitão | | 485 | | 840 | | 478 | | 1803 |
| Segundo -tenente/Tenente | (*) 794 | 220 | (*) 1426 | 362 | 362 | (*) 838 | (*) 3058 | 862 |
| Subtenente ou guarda -marinha/Alfêres | | 55 | | 90 | | 90 | | 215 |
| Total de oficiais superiores/ capitães subalternos | 1422 | 1387 | 2496 | 2330 | 2330 | 1369 | 5287 | 5063 |
| Sargento -mor | 50 | 43 | 76 | 69 | 69 | 34 | 166 | 146 |
| Sargento -chefe | 127 | 127 | 417 | 417 | 417 | 125 | 669 | 669 |
| Sargento -ajudante. | 493 | 503 | 1217 | 1177 | 1177 | 530 | 2240 | 2210 |
| Primeiro -sargento | | 1430 | | 1714 | 1714 | 1554 | (**) 6300 | 4698 |
| Segundo -sargento | (**) 2034 | 510 | (**) 2328 | 600 | 600 | 345 | 9375 | 1455 |
| Total de Sargentos | 2704 | 2613 | 4038 | 3977 | 3977 | 2588 | 2301 | 9178 |
| Cabo/cabo de secção | 2301 | 2233 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1767 | 2233 |
| Primeiro -marinheiro/cabo -adjunto | 1767 | 1767 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4068 | 1767 |
| Total de Praças | 4068 | 4000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18803 | 4 000 |
| Totais | 8217 | 8020 | 6562 | 6335 | 4024 | 3953 | 188 03 | 18 308 |

Nota:(*) Inclui Capitães e Subalternos. (**) Inclui Primeiros e Segundos -Sargentos. **Fonte:** Diário da República, 2012.

As Forças Armadas Portuguesas vão sofrer cortes de 218 milhões em 2014, contudo Aguiar Branco (Ministro da Defesa Nacional) anuncia que o governo pretende efetuar cortes de 40 milhões já este ano. O ministro garante que a redução de efetivos vai ser feita "de forma serena e exequível do ponto de vista operacional", o ministro afirma também que esta situação é fruto de um trabalho que está a ser desenvolvido com as chefias e é baseado em estudos feitos por entidades tão credíveis como o IDF [Instituto de Defesa Nacional] e também com o histórico dos últimos 20 anos das Forças Armadas (expresso.sapo, 2013).

Para o ministro da defesa nacional estes cortes são possíveis, contudo, em declarações à agência Lusa, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

(CEMGFA) defende que não gostava de ter de fazer mais cortes na instituição militar, advertindo que há uma linha a partir da qual as Forças Armadas deixam de funcionar (expresso.sapo, 2013).

O general Luís Araújo adverte que "não há dinheiro a mais" na instituição militar (expresso.sapo, 2013).

Lima Coelho, presidente da Associação Nacional de Sargentos, diz que Aguiar-Branco pode dizer os números que quiser, mas seria interessante explicar o racional desses números, porque falar em números é fácil, sobretudo quando não se envolve na discussão aqueles sobre quem as matérias se vão aplicar (expresso.sapo, 2013).

Também o presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), o Coronel Pereira Cracel, disse estar "preocupado" uma vez que as medidas em causa "são graves" e "mais ainda quando acontecem numa altura em que as Forças Armadas já estão no limite, esta é uma situação "preocupante" e a AOFA tudo fará para que [a reforma] não seja levada a cabo ou, no mínimo, que sejam minimizados os efeitos negativos (Público.pt, 2013).

A redução efetuada no exército prende-se maioritariamente com os cortes nos vencimentos, que foi decretada na redução remunerativa descrita no artigo 19 da lei nº55-A/2010.

Também é importante evidenciar que o mercado de trabalho português foi gravemente atingido pela crise financeira, tendo uma taxa de desemprego que se situava nos 15,3% no 4º trimestre de 2013, sendo que é nos jovens onde se regista mais desemprego (INE, s.d.). As Forças Armadas Portuguesas dão uma carreira a muitos jovens a partir dos 18 anos.

O documento do FMI indica também que as forças de segurança representam cerca de 17% do emprego público. E, portanto, com estas reduções, o desemprego vai continuar a subir (Relatório Monetário Internacional-*International monetary fund, Rethinking the state—selected expenditure reform options*, 2013).

Capítulo 2 – Família

2.1.Evolução da Família em Portugal

A família é uma das instituições mais antigas dos nossos tempos, o termo família deriva do latim e significa escravo doméstico, este termo foi criado pelos romanos como forma de identificar um novo grupo social que surgiu (Mussini, s.d.).

Nos dias de hoje, para ser considerado família é necessário possuir relações de parentesco, relações essas que têm por base laços de sangue, casamento/afinidade e adoção. Pertencer a uma família implica compartilhar um mesmo apelido e um espaço em comum. Contudo a família também se define pelo meio onde se insere. Para Mussini (s.d),

A família é definida pela naturalidade e pela culturalidade [...] pois cada cultura possui seu conceito sobre os valores, cada sociedade cria o sentido dos valores representativos da família, a responsabilidade e os privilégios de cada membro constituinte do núcleo familiar. Vivemos hoje uma crise conceitual da família e do parentesco [...] Apesar da família continuar sendo o principal ponto de apoio do indivíduo, ela tem sofrido algumas modificações no que diz respeito às funções dos seus membros, sendo que o papel que cada integrante familiar ocupa dentro desse círculo vem sofrendo alterações significativas nas últimas décadas.

Com isto pode-se dizer que o conceito de família tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, adaptando-se desta forma à sociedade que nos rodeia.

Segundo Antunes (2010), as famílias são classificadas nas seguintes categorias:

- Família nuclear- constituída pelo pai, pela mãe e filhos, também podendo ser conhecida por círculo familiar, e por norma são famílias pequenas;
- Família extensa- possui os mesmos integrantes da família nuclear, acrescido de outros familiares, tais como avós, tios, primos, e outros parentes próximos, sejam eles de sangue ou de afinidade;
- Famílias compostas/recompostas- esta família é constituída apenas por pai ou mãe e os filhos que tanto podem ser biológicos de apenas um dos pais, provenientes de um casamento anterior, ou adotados. Este é um tipo de família que tem vindo a crescer.

- Famílias monoparentais- são constituídas pelo pai ou pela mãe e os respetivos filhos. Estas famílias são a consequência de casos de divórcio/ separação ou viuvez, e que não voltam a casar. O que tem levado à criação deste tipo de família são os divórcios e a idade média do primeiro casamento ser cada vez mais tardia.

Desta forma podemos dizer que a família, indiferentemente do tipo, assume uma estrutura própria para Whaley e Wong (1989) “a família é uma forma de organização ou disposição de um número de componentes que se interrelacionam de maneira específica e recorrente”

Ao longo dos tempos a família foi sofrendo várias alterações, sendo as mais visíveis no âmbito da escolaridade. Antigamente as crianças não eram obrigadas a frequentar a escola, e nos dias de hoje o ensino obrigatório vai até ao 12º ano ou o cumprimento dos 18 anos; outra das alterações verificadas prende-se com o facto de a mulher deixar de ser submissa ao marido, deixar de ser somente dona de casa, “a grande impulsionadora desta mudança foi a I e II guerra mundiais que levaram à entrada da mulher no mercado de trabalho”. Devido à ida dos homens para a guerra, as mulheres tiveram de assumir a posição no mercado de trabalho, “essa posição ganhou poder na década de 70”, contudo a emancipação da mulher teve o seu lado desfavorável para a família (Probst, s.d.). A entrada da mulher no mercado de trabalho e a sua progressão académica, aliada a outros fatores, levaram a mulher a colocar a vida familiar em outro plano, sendo que nos dias de hoje só 34,4% da população portuguesa casa, a idade média com que uma mulher portuguesa tem o primeiro filho é de 29,5 anos, e a maior parte das mulheres tem por média um filho, sendo que a taxa bruta de natalidade portuguesa em 2012 se situa nos 85 mil nascimentos. (Pordata, s.d.a,c).

Um dos fatores que condiciona a baixa natalidade prende-se com a crise económica que atravessamos e, aliado a isso, o mercado de trabalho. O mercado de trabalho é reduzido, pelo que os jovens, não tendo independência a nível económico, acabam por ficar mais tempo na casa dos pais, casando e constituindo família cada vez mais tarde, e, conseqüentemente, tendo filhos também mais tarde. Este facto influencia ainda, porventura indirectamente, o número de filhos por casal.

Todos estes fatores influenciam a família, que nos últimos tempos se tem vindo a adaptar às exigências sociais.

2.2. Situação Populacional Portuguesa e as suas Consequências na Família

Vamos começar por abordar a população portuguesa e a sua constituição. A população portuguesa em 2013 era constituída por 10 427 301 habitantes, no entanto, nos dias que correm não podemos deixar de reparar que Portugal tem vindo a sofrer uma queda a nível da população, na sua maioria causada pelas altas taxas de emigração, sendo que em 2012 o total de emigrantes permanentes no estrangeiro era de 51,958 mil e em 2013 subiu para 58,786 mil habitantes. (PORDATA, s.d.b).

Uma ocorrência importante que se prende com a emigração é o facto de, na sua maioria, ser constituída por população jovem, como indica o quadro seguinte.

Quadro 3: Faixa Etária de Emigração

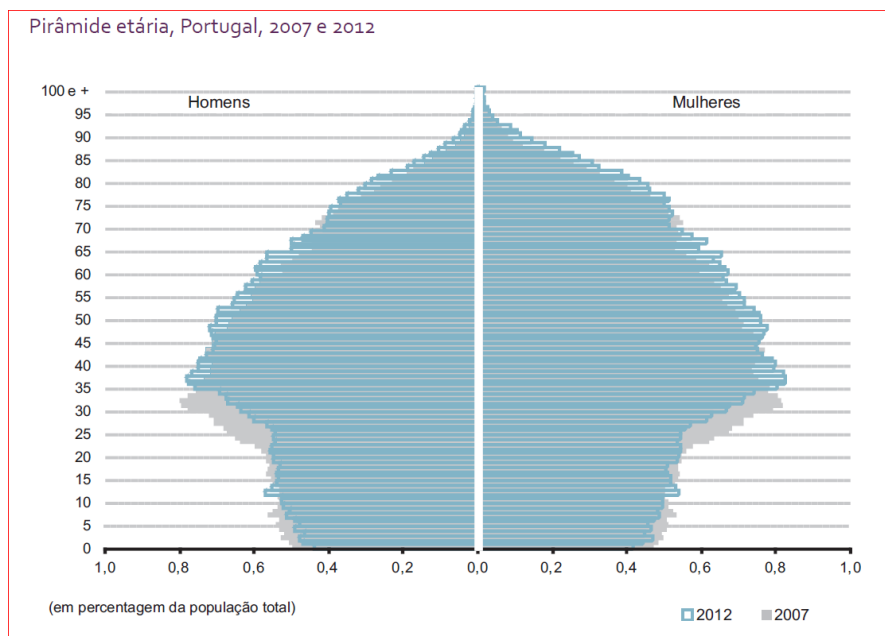
| Grupo Etário | Número de Emigrantes Permanentes |
|---------------------|---|
| <15 | 2.843 |
| 15-19 | 4.378 |
| 20-24 | 10.563 |
| 25-29 | 11.022 |
| 30-34 | 7.184 |
| 35-39 | 5.383 |
| 40-44 | 3.753 |
| 45-49 | 3.505 |
| 50-54 | 1.579 |
| 55-59 | 990 |
| 60-64 | 248 |
| 65+ | 510 |
| Total | 51.958 |

Fonte: Pordata (s.d.b).

Podemos ver que o maior número de emigrantes se encontra nas faixas etárias de 20 a 24 anos com 10.563 mil emigrantes e na faixa etária dos 25 aos 29 anos com 11.022 mil emigrantes permanentes. Com estes dados vimos que a emigração é um fenómeno que tem ganho um destaque importante na evolução da nossa sociedade, a saída da população jovem leva a que a população portuguesa se torne cada vez mais envelhecida levando-nos, assim, a outra problemática da nossa sociedade, que vamos abordar de seguida.

O envelhecimento da população põe em causa o crescimento e a economia do nosso país, este envelhecimento é atribuído à baixa natalidade e ao desenvolvimento na área da saúde que leva ao declínio da taxa de mortalidade. Tendo em conta a figura 1, pode verificar-se um estreitamento da base da pirâmide indicando a baixa natalidade, e um alargamento no topo, que indica um forte crescimento da população envelhecida. Podemos, portanto, concluir que Portugal avança a largos passos para se tornar um país envelhecido.

Figura 1: Pirâmide Etária Portuguesa



Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património, (2012).

As tendências demográficas projetadas para as próximas décadas em Portugal, marcadas por baixos níveis de fertilidade e uma longevidade acrescida, por uma diminuição da população em idade ativa e pelo aumento do rácio de dependência, aumentarão a pressão sobre a sustentabilidade financeira dos sistemas públicos de pensões. O agravamento da situação financeira dos sistemas, que se traduziu por um lado numa quebra das contribuições que constituem a principal fonte de receitas, e por outro lado num significativo aumento das despesas, por via do aumento de despesas com pensões e prestações de desemprego, é explicado em parte pelo quase nulo crescimento da economia portuguesa na última década, mas também pelo aproximar da maturidade dos

sistemas (Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, 2012).

As consequências a que o país se sujeita devido a este desajustamento populacional são de nível económico, na sua maioria, sendo que este envelhecimento vai influenciar a sustentabilidade do país pois as pensões constituem o principal agregado da despesa do sistema de segurança social, representando cerca de 62,9% da despesa efetiva do sistema – que compara com os 62,5% de 2011- são, por isso, um fator determinante da evolução da despesa do setor (Relatório da conta da Segurança Social, 2012).

Em 2012, despendeu-se com pensões 14,9 mil milhões de euros, mais 494,9 milhões do que em 2011 (o que representa um aumento de 3,4%). No entanto, esta evolução positiva resultou, nomeadamente, da assunção pela segurança social da responsabilidade pelas pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário. (Relatório da conta da Segurança Social, 2012).

Dada a crescente emigração, a população ativa está a diminuir, levando a que as contribuições feitas ao sistema nacional de segurança social diminuam também, a alta taxa de desemprego causa alguma falência pois a despesa total paga pelas instituições da segurança social com prestações de desemprego (subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e outras prestações de desemprego) cifraram-se em 2.592.952,7 milhares de euros, em 2012, o que representou um acréscimo de 23,3% face ao ano de 2011 (Relatório da conta da Segurança Social, 2012).

Estas problemáticas abordadas anteriormente têm um grande papel nas famílias e na formação de novas famílias.

Dos fatores que mais prejudicam as famílias, evidencia-se o desemprego, que é uma forte consequência da crise económica que o país atravessa. Poucas são as famílias que não têm sentido as consequências que advêm da crise económica. O desemprego, que em 2013 rondava os 16,3%, faz-se sentir em quase todas as famílias portuguesas, o que leva a um baixo rendimento familiar, levando, por sua vez, à alteração do nível de vida e, por vezes, à perda da própria habitação. Podem, portanto, identificar duas vertentes da crise nas famílias: por um lado, as famílias que já existem deparam-se com

o desemprego, os baixos rendimentos e a diminuição do consumo, sendo que um dos aspetos que mais se evidencia é a nível estrutural; por outro lado, temos as famílias que ainda não se formaram, pois os jovens, numa situação de desemprego, veem-se obrigados a sair de casa cada vez mais tarde. A faixa etária que mais sofre com o desemprego é a dos 25 aos 54 anos, tendo em 2013 uma taxa de 16,2% desempregados, é nesta faixa etária que, por norma, se inicia uma família, estando esta afetada pelo desemprego. O número de casamentos também baixou, notando-se uma descida ao longo dos anos e situando-se, em 2013, nos 31,998 mil casamentos, sendo que em 2012 se registavam 34,423 mil casamentos em Portugal. Outro dos aspetos que se prende com estas problemáticas é a natalidade, visto a faixa etária onde se encontra a maior taxa de fecundidade se situar nos 30 a 34 anos (PORDATA, s.d.c,d,g).

Com isto, os jovens dos dias de hoje deparam-se com duas dificuldades, uma no que concerne à sua carreira e à sua evolução, garantindo-lhes uma segurança financeira, e outra no que concerne ao abandono da casa dos pais e à constituição da própria família. Contudo, esta segunda está dependente da primeira, e esta primeira é considerada uma das maiores adversidades dos dias de hoje, levando muitos jovens a emigrar, como mencionamos anteriormente, o que está a levar Portugal a transformar-se num país envelhecido.

2.3. Relação Trabalho-Família

A vida familiar e o trabalho encontram-se interligados no dia-a-dia familiar, de forma que se torna complexo estabelecer entre eles uma separação a nível emocional. Embora o trabalho sempre tenha estado presente na história do Homem, hoje este tem ainda uma maior importância.

O equilíbrio entre o trabalho e as responsabilidades familiares constitui um grande desafio. Trabalho e família são duas esferas aparentemente regidas por lógicas diferentes – uma pública e outra privada – mas que, no entanto, se afetam mutuamente. As pessoas precisam de trabalhar e gerar renda para satisfazer as suas necessidades económicas (pessoais e de suas famílias) e, ao mesmo tempo, cuidar da família e desempenhar tarefas domésticas não remuneradas em seus lares. O uso do tempo, um bem escasso, torna tensa a relação entre essas esferas (Notas da OIT, s.d.).

A relação trabalho-família pode assumir dois papéis: por um lado, determinadas características estruturais do trabalho, tais como o excesso de horas de trabalho, que pode afetar negativamente o funcionamento da vida familiar; por outro lado, determinadas características intrínsecas ao trabalho, em particular o grau de autonomia e variedade de funções, influenciam, significativamente, e de forma positiva, a vida familiar (Greenhouse e Parasuraman, 1999). Um outro aspeto importante nesta relação família-trabalho está relacionado com o investimento psicológico colocado no trabalho, isto é, com a interferência do trabalho na família (O'Driscoll, 1996).

Por outro lado, Gutek, Searle e Klepa (1991) apresentam duas perspetivas distintas para a análise do conflito entre o trabalho e a família:

- A perspetiva racional, que pressupõe que o conflito entre diferentes papéis é diretamente proporcional à quantidade de tempo despendida em cada domínio. Assim, quanto mais horas se despende nos papéis associados com o trabalho ou com a família, maior será a perceção de conflito.
- A perspetiva de papéis de género parte do pressuposto de que devido a diferente socialização de homens e mulheres, os papéis sociais que lhe são atribuídos são diferenciados pois o trabalho é masculino e as responsabilidades pela família e pela manutenção do lar são femininas.

Pode ver-se então que o trabalho tem uma grande influência na família, sendo que o contrário também se verifica. Constata-se que a cultura organizacional

proveniente do local de trabalho é importante na conciliação entre a família e o trabalho. Nas palavras dos autores Thompson, Beauvais e Lyness, (1999), o conjunto de pressupostos, crenças e valores partilhados numa organização é importante no sentido de apoiar e valorizar os trabalhadores e integrá-los na vida profissional e familiar.

Foram definidas por Santos (2011) três componentes do conceito de cultura de conciliação trabalho - família:

- As exigências e expectativas organizacionais de que seja conferida prioridade ao trabalho sobre a família, o que se reflete no número de horas que se espera que o empregado coloque no trabalho, sendo isso encarado como um sinal de empenhamento organizacional;
- A percepção de consequências negativas para a carreira, associadas à utilização de benefícios e medidas de apoio à conciliação trabalho e família e do tempo que se dedica à família;
- A percepção de apoio organizacional e de sensibilidade, particularmente por parte das chefias diretas, para com as responsabilidades familiares dos empregados, a existência de chefias e de supervisores diretos que demonstrem sensibilidade, empatia e flexibilidade para com os subordinados, na conciliação trabalho e família, são particularmente importantes para a integração bem-sucedida de ambos nos domínios da vida (Greenhause e Foley, 2007).

Com isto verifica-se que existe escassez nas organizações no que concerne à aplicação de políticas benéficas para a relação família-trabalho. Para Lewis (1997), nas organizações existem duas barreiras culturais que prejudicam esta relação: uma na não reivindicação por parte dos trabalhadores, que devem exigir um maior equilíbrio entre a sua vida familiar e profissional aos responsáveis organizacionais, e outra relaciona-se com o discurso organizacional que enfatiza a importância das longas horas de trabalho, e do trabalho presencial, como um sinal de elevado empenhamento e produtividade individuais.

Um outro aspeto importante a evidenciar, e que tem sido alvo de estudos, prende-se com a antecipação da conciliação de papéis, esta vai preparar os jovens para a relação família-trabalho. Os benefícios de uma antecipação da conciliação dos papéis profissionais e familiares figuram como fator de sucesso no futuro equilíbrio de papéis e satisfação global com a vida (Steffy e Jones, 1988). Um estudo levado a cabo pelo autor Crisholm (1997), que avaliou o modo como os jovens entre os 18 e os 30 anos, de cinco países europeus, antecipam a futura conciliação dos papéis familiares e profissionais,

concluiu que estes valorizam a qualidade de vida, seja no trabalho como ao nível pessoal e familiar, contudo o trabalho é apontado por eles como sendo prioritário, estando seguido pelo papel conjugal e familiar. Com isto conclui-se que nesta relação família-trabalho, a família começa a perder um pouco e isso reflete-se na descida do número de casamentos e na diminuição da natalidade.

Capítulo 3 – Forças Armadas Portuguesas

3. Forças Armadas Portuguesas

As Forças Armadas (FA) portuguesas são uma instituição nacional que tem como objetivo garantir a independência nacional e a integridade do território, em que o presidente da república é o comandante supremo. O órgão que gere esta instituição é o Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e integra três ramos, sendo estes:

- **Marinha-** a Marinha Portuguesa, segundo registos da bula papal, é a mais antiga do mundo. O registo da primeira batalha naval portuguesa deu-se em 1180, durante o reinado de D. Afonso Henriques”, em que a Marinha de Guerra Portuguesa, liderada por D. Ruas Roupinho, derrotou uma esquadra muçulmana ao largo do cabo Espichel (Tomas, 2013).

No reinado de D. Dinis, as forças navais portuguesas conquistaram uma organização permanente e deu-se a nomeação do primeiro almirante de Portugal, o almirante Manuel Pessanha, em 1317 (Marinha, s.d.b).

- **Exército -** A história do exército acompanha toda a história de Portugal.

As forças terrestres estiveram presentes na luta dos portugueses pela sua independência, contudo as forças terrestres, em 1317, ainda se encontravam divididas em agrupamentos heterogêneos de tropas reais, sendo elas as tropas de cavalaria e as tropas feudais e milícias municipais. Estas tropas eram independentes, sendo apenas reunidas em caso de guerra. As forças terrestres começaram a dispor de organização no reinado de D. Sebastião com as ordenanças, em 1570, mas só em 1640, aquando da restauração da independência, é que se forma o atual Exército Português (Exército, s.d.a).

- **Força Aérea-** A Força Aérea Portuguesa (FAP) tem a sua base interligada aos outros ramos, pois o primeiro sinal da sua existência surge em 1911, quando é estabelecida a companhia de aerosteiros no exército, contudo só em 1912 é que receberam os primeiros aviões. Em 1914 é estabelecido o serviço aeronáutico militar e em 1917 a aviação naval. (Tomás, 2013). A força aérea só foi criada em 1952, (Força Aérea, s.d.b).

As Forças Armadas (FA) não tinham esta designação, pois as forças do exército e da marinha mantinham-se independentes e resistiram durante anos à sua unificação, só na década de 1950, depois da segunda guerra mundial, do início da guerra fria e da criação da NATO, é que se deu a criação de um comando e um ministério unificados. As Forças Armadas foram estabelecidas na sequência do decreto-lei nº37909 de 1 de Agosto de 1950, decreto este que criou o cargo de ministro da defesa nacional de forma a coordenar as Forças Armadas com a marinha, exército e com a criação em 1952 da força aérea (Força Aérea, s.d.b).

Desde o início da história portuguesa até aos nossos dias as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a demonstrar o seu mérito, tendo estado presentes em vários teatros.

A política externa portuguesa está intimamente ligada às relações internacionais, e as Forças Armadas Portuguesas representam, a nível internacional, o nosso país, dando desta forma a conhecer o seu potencial de forma a garantir uma boa e credível política externa. Temos, por exemplo, os Estados Unidos da América, reconhecidos por serem uma grande e rica super potência mundial, que são aliados de Portugal a nível militar, o que também demonstra ser uma vantagem em termos de negociação no relacionamento internacional. Portugal encontra-se representado em missões militares junto de várias representações diplomáticas nos seguintes países: Alemanha, Angola, Argélia, Brasil, Cabo Verde, Espanha, EUA, França, Guiné-Bissau, Marrocos, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (Estado-Maior-General, s.d.b).

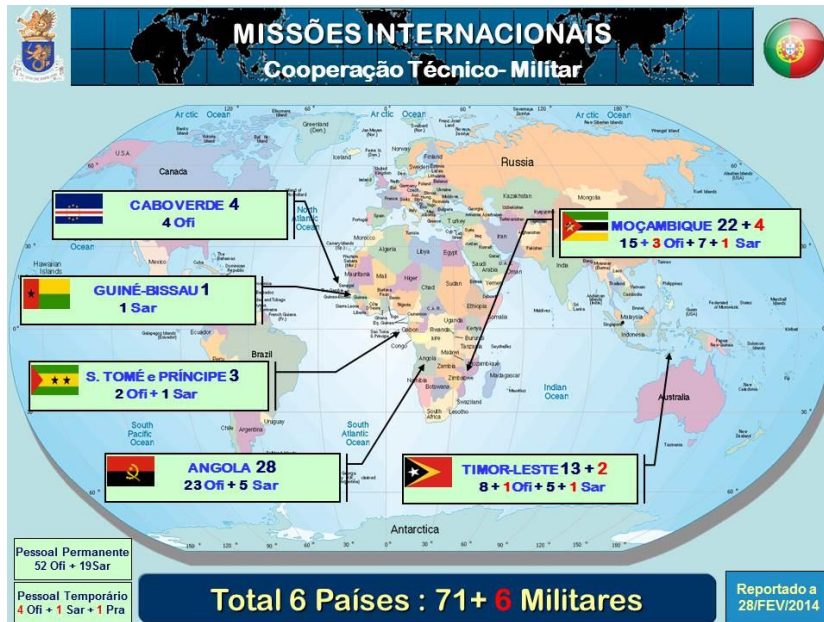
Perseguindo os interesses portugueses, as Forças Armadas encontram-se nas seguintes missões:

- NATO-ISAF (Força de Assistência e Segurança Internacional);
- EU- EUNAVFOR ATALANTA (Somália)
- NATO – SNMG1
- NATO- OAE
- EU – EUTM SOMALIA (Missão Militar da União Europeia para contribuir no treino de forças de segurança na Somália)
- NATO – KFOR (Força no Kosovo)
- ONU – UNAMA (Afeganistão)

- EUTM MALI (Estado-Maior-General, s.d.a)

Portugal também se encontra representado em outros países em missões técnico-militares, tal como indica a seguinte figura:

Figura 2: Mapa de missões internacionais



Fonte: Estado- Maior- General, s.d.

As Forças Armadas perderam, entretanto, alguma prioridade na gestão governamental pois deixaram de ter um papel fundamental no orçamento de estado (Orçamento de Estado, 2012, 2013).

3.1. Marinha Portuguesa

A marinha portuguesa tem por missão garantir que Portugal use o mar para seu próprio interesse, tendo três funções específicas na execução desta missão: a defesa militar e o apoio à política externa, a segurança e autoridade do estado e o desenvolvimento económico, científico e cultural. Nestas funções específicas encontram-se incluídas as operações militares como o combate à pirataria no oceano Índico, as missões de embargo e de interdição marítima, o controlo da proliferação de armas de destruição massiva ou o resgate de cidadãos nacionais de territórios em situação de conflito; e as ações de âmbito não-militar, de que são exemplos o salvamento marítimo, a fiscalização da pesca, o combate à poluição do mar, a repressão de ilícitos marítimos, em estreita colaboração e apoio com outros agentes do estado, a investigação científica no apoio ao projeto de extensão da plataforma continental portuguesa e as atividades culturais museológicas, entre outras. (Marinha, s.d.c).

A marinha portuguesa encontra-se representada nas seguintes capitánias:

- Departamento Marítimo do Norte;
- Departamento Marítimo do Centro;
- Departamento Marítimo do Sul;
- Açores e Madeira. (Marinha, s.d.a)

No que concerne a meios e operações, a constituição da armada é feita da seguinte forma:

- Navios: Fragatas, Corvetas, Hidrográficos, Desembarque, Veleiros, Reabastecedor, Patrulhas Oceánicas, Patrulhas e Lanchas.

- Submarinos: NRD Tridente e NRD Arpão.

- Helicópteros: Lynx Mk95, 5 helicópteros, Westland Lynx Mk95

- Fuzileiros: Os fuzileiros são as forças especiais da marinha e constituem a força de desembarque e combate em terra, assumindo-se os meios anfíbios como um meio essencial de projeção de poder de combate, bem como de apoio logístico no teatro de operações, dada a sua dual capacidade de operar em terra e no mar.

- Mergulhadores: participam em importantes missões, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. São exemplo disso a coordenação e

execução de operações de salvamento marítimo ou participação na limpeza de portos e canais de acesso, designadamente destruição ou remoção de minas e destroços (Marinha, s.d.a).

3.2. Força Aérea Portuguesa

A Força Aérea Portuguesa (FAP) é parte integrante do sistema de forças nacionais e tem por missão cooperar, de forma integrada, na defesa militar da república, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional. Compete-lhe, ainda, satisfazer missões no âmbito dos compromissos internacionais.

A FAP foi criada a 1 de julho de 1952, constituindo-se como ramo independente, em paralelo com a Marinha e o Exército, integrando as aviações incorporadas naqueles ramos, (Força Aérea Portuguesa, s.d.b).

Em termos de equipamentos, a Força Aérea possui as seguintes Aeronaves:

- Aerospatiale Epsilon- TB 30;
- Agusta-Westland EH-101 Merlin;
- ASK-21;
- Chipmunk MK 20;
- Dassault / Dornier Alpha-Jet;
- EADS C-295M;
- Lockheed C-130 H / H-30 Hercules;
- Lockheed Martin F-16 AM;
- Lockheed P-3C CUP+ORION;
- L-23 Super Blanik;
- Marcel-Dassault Falcon 50;
- Sudaviation – SE 3160 Alouette III, (Força Aérea Portuguesa, s.d.a).

3.3. Exército Português

A história de Portugal encontra-se interligada com a história do exército português, desde as primeiras batalhas que foram travadas pela independência contra os muçulmanos, castelhanos, invasões francesas, 1ª guerra mundial, as campanhas do ultramar, até aos teatros onde presentemente se encontram soldados portugueses, de que são exemplo o Kosovo, Afeganistão, Somália, Mali, Moçambique e Angola.

O exército português tem sido alvo de reestruturação ao longo do tempo, sendo que atualmente o serviço militar obrigatório foi abolido, procurando desenvolver um exército mais profissional, além de se encontrar em fase de reorganização definida pela Lei Orgânica do Exército Português (Decreto-Lei nº61/2006 de 21 Março).

O Exército Português tem a seguinte visão:

Tendo em consideração a atual conjuntura estratégica internacional e os fatores de instabilidade, em que o terrorismo transnacional e a proliferação das armas de destruição maciça assumem o maior potencial de ameaça, os correntes modelos de emprego dos instrumentos militares em face das atuais missões, é essencial dispor de um exército moderno, adequadamente sustentado, capaz de atuar em todo o espectro da conflitualidade atual, particularmente de forma conjunta e combinada; um exército permanentemente adaptado e adaptável aos desafios e evoluções do ambiente externo e interno com o objetivo central da prontidão da Força Operacional Permanente (FOPE), a qual se pretende cada vez mais projetável e pronta a ser empenhada, através de uma combinação equilibrada das dimensões horizontal e vertical, onde se incluam meios ligeiros, médios e pesados e elementos de Forças Especiais; um exército que evidencie força e esteja orientado para a procura da excelência, baseado em padrões de exigência sempre mais elevados de formação e qualificação; um exército que participe nas formações militar que constituem o paradigma da modernidade e transformação, designadamente nas NRF e nos BG; um exército que assuma uma presença efetiva junto da sociedade, a qual se constitui como seu valor estrutural (exército.pt, s.d.b).

A missão do Exército Português é a seguinte:

1 — O exército tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da república, nos termos do disposto na constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças.

2 — Ainda, nos termos do disposto na constituição e na lei, incumbe também ao exército:

- a) Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;
- b) Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;
- c) Executar as ações de cooperação técnico-militar nos projetos em que seja constituído como entidade primariamente responsável, conforme respetivos programas quadro;
- d) Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho;
- e) Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

3 — Compete também ao exército assegurar o cumprimento das missões particulares aprovadas, de missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que lhe sejam atribuídas. [sic] (exército.pt, s.d.a)

O exército tem na sua constituição a Brigada de Reação Rápida, que é a sua força operacional, sendo que as unidades pretendidas para objeto deste estudo se encontram dentro da mesma.

3.4. Brigada de Reação Rápida do Exército

Com o fim da Guerra do Ultramar, em 1975, surgiu a Brigada Ligeira de Paraquedistas (Briparas), que englobava as Forças Paraquedistas até então pertencentes à Força Aérea. Em 1993, com a transição dessa tropa para o exército, passou então a denominar-se de Brigada Aerotransportada Independente (BAI). Em 23 de maio de 2005, aquando da reorganização do exército, cria-se a Brigada de Reação Rápida com o objetivo de englobar todas as forças de Comandos, Operações Especiais e Paraquedistas. Em 1 de julho de 2006 foi considerada operacional (exército.pt, s.d.c).

A Brigada de Reação Rápida tem a seguinte missão:

A BrigRR, como componente fundamental da Força Operacional Permanente do Exército, está especialmente vocacionada para ser enquadrada na componente de forças de resposta da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), designadamente a NRF (Nato Response Force) e o ARRC (*Allied Rapid Reaction Corps*), assim como para operar segundo o conceito de "*Battlegroup*" da EU (*European Union*) com facilidade de projeção dos seus equipamentos orgânicos principais, apta a cumprir todo o espectro de missões, que vai das operações de apoio à paz à defesa dos interesses nacionais próprios. As especificidades dos subsistemas de forças que a constituem conferem-lhe características únicas no seio do exército (exército.pt, s.d.d).

Existem no Exército Português três tropas especiais que se encontram debaixo da alçada da Brigada de Reação Rápida, sendo elas:

- Escola de Tropas paraquedistas;
- Centro de Tropas de Operações Especiais;
- Centro de Tropas Comando.

3.4.1. Centro de Tropas Paraquedistas

A Tropa Paraquedista surgiu na Força Aérea em 1956 e passou para o exército em 1994. A sua missão é:

- Ministrar cursos de formação na área do paraquedismo militar e qualificações na área aeroterrestre;
- Participar em estudos técnicos no âmbito da atividade aeroterrestre;
- Aprontar um batalhão de apoio e aeroterrestre;
- Colaborar em ações no âmbito das outras missões de interesse público, conforme lhe for determinado (exército.pt, s.d.e).

As Tropas Paraquedistas foram previstas e criadas, de acordo com a lei de 25 de maio de 1952, a mesma lei que previu a criação da Força Aérea, como um ramo independente das Forças Armadas Portuguesas. As Tropas Paraquedistas ficaram primeiramente sediadas nas instalações do campo de tiro da serra da Carregueira (exército.pt, s.d.f), o decreto-lei nº 40395 de 1955, que regulamenta a Organização, Recrutamento e Serviço das Tropas Paraquedistas, dá-lhes autorização para serem a primeira tropa das Forças Armadas Portuguesas a utilizar boina, o que lhes valeu a alcunha de Boinas Verdes.

Em 26 de dezembro de 1955 é criado o Batalhão de Caçadores Paraquedistas com sede em Tancos e dependente da Força Aérea Portuguesa. A partir daí, os paraquedistas passaram pelas seguintes alterações:

- 23 de Maio de 1956 - É oficialmente inaugurado o BCP (Batalhão de Caçadores Paraquedistas);
- 1957 - Tem início o primeiro curso de paraquedismo ministrado em Portugal;
- 1961 - Criação do Regimento de Caçadores Paraquedistas (RCP) com sede no BCP em Tancos, que então é extinto;
- Formação do Batalhão de Caçadores Paraquedistas N°21 (BCP 21) em Angola;
- Formação do Batalhão de Caçadores Paraquedistas N°31 (BCP 31) em Moçambique;
- Início do 1º Curso de enfermeiras Paraquedistas. Das 11 candidatas que iniciaram o curso, 6 conquistam a Boina Verde. Pela primeira vez na história militar portuguesa as mulheres têm lugar nas fileiras;

- 1966 - Formação do Batalhão de Caçadores Paraquedistas N°12 (BCP 12) em Bissau - Guiné (Portaria 22260, de 20 de Outubro). O Batalhão será ativado a 14 de Outubro de 1966 incluindo a Companhia de Paraquedistas do AB2;
- Formação do Batalhão de Caçadores Paraquedistas N°32 (BCP 32) em Nacala - Moçambique (Portaria 22302, de 9 de Novembro);
- 1968 - O BCP 12 é condecorado com a Medalha de Cruz de Guerra de 1ª classe;
- É inaugurado, em Tancos, à entrada do aquartelamento do RCP, o monumento aos paraquedistas mortos em combate;
- 1969 - O BCP 31 é condecorado com a Medalha de Cruz de Guerra de 1ª classe;
- 1973 - O BCP 21 é condecorado com a Medalha de Valor Militar - Ouro (exército.pt, s.d.f).

Só em 1993 foi decidida a transferência das tropas paraquedistas da Força Aérea para o Exército.

É importante referir que as tropas de paraquedistas também se encontram no regimento de infantaria n° 10, em S. Jacinto, e no regimento de Infantaria n° 15, em Tomar.

3.4.2. Centro de Tropas de Operações Especiais

O Centro de Operações Especiais (CTOE) tem, assim, como visão ser uma unidade de elite nas Forças Armadas Portuguesas que forma e treina os seus militares desenvolvendo-lhes as capacidades inatas e fornecendo-lhes as competências inerentes às suas funções para que, inseridos nas Forças, desempenhem as missões de Operações Especiais segundo os requisitos das Forças Armadas Portuguesas, da OTAN e da EU, no cumprimento dos desígnios nacionais; utilizar o património de cultura e criatividade próprios dos recursos humanos do CTOE para que seja garantida a eficácia pela constante inovação tecnológica e concetual (exército.pt, s.d.g)

O Centro de Instrução de Operações Especiais foi criado em 16 de abril de 1960, tendo por antecessor o Regimento de Infantaria nº9, este foi criado de forma a garantir a formação de unidades de contra guerrilha, operações psicológicas e montanhismo (exército.pt, s.d.h).

A partir daí, as Operações Especiais tiveram o seguinte percurso:

A formação teve o seu início em cursos e estágios de caçadores especiais, estágios de contrainsurreição, instrução de contrassubversão, contra guerrilha, operações de emboscada, golpe de mão, cerco e limpeza, ação psicológica e assuntos civis.

As primeiras unidades de caçadores especiais são mobilizadas no BC5 que terminam a instrução no CIOE e embarcam a 10 de junho de 1960 para o teatro de operações de Angola.

- Os cursos de Operações Especiais iniciaram-se em 1963 para garantir a formação de subunidades nas áreas da contrassubversão e contra guerrilha, garantindo-se simultaneamente a elaboração de doutrina e a atualização das técnicas nestas áreas;
- Em 9 de agosto de 1975, o CIOE foi transformado em escola de formação de sargentos;
- Em 1 de fevereiro de 1981, por despacho do General Chefe do Estado-maior do Exército, voltou esta unidade à sua anterior designação de Centro de Instrução de Operações Especiais;
- O despacho nº 37/88 de 26 de abril determina as ações a desenvolver na área das operações não convencionais, instruindo quadros e tropas de operações especiais para atuarem com um elevado grau de independência e cumprirem

missões de grande dificuldade e risco, como ministrar o curso de operações irregulares a todos os oficiais e sargentos do quadro permanente do exército e extensível aos outros ramos das Forças Armadas;

- Em 01 de julho de 2006, passa a designar-se por **Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE)**. No âmbito da mesma reestruturação, passa a integrar a Brigada de Reação Rápida (BrigRR) continuando a ter a responsabilidade pela formação de militares na área das operações não convencionais e a aprontar as forças de operações especiais (exército.pt, s.d.h).

3.4.3. Centro de Tropas Comandos

Os Comandos nasceram no Exército Português como forças especiais de contra guerrilha. A criação dos Comandos correspondeu à necessidade do Exército dispor de unidades especialmente adaptadas ao tipo de guerra que, em 1961, começou em Angola e que, depois, se estendeu à Guiné e a Moçambique (exército.pt, s.d.i).

Os comandos tiveram o seu início em 25 de junho de 1962 e tiveram a sua origem no norte de Angola, em Zemba, onde foram constituídos os primeiros grupos de combate. Os comandos surgiram como forças especiais de contra guerrilha, contudo só foram designados como comandos em 1963, sendo esta designação para tropas instruídas no centro de instrução 16, em Quibala. A partir daí iniciaram-se cursos em diversos sítios até à criação do Centro de Tropas de Comandos, sendo eles os seguintes:

- 13 de fevereiro de 1964, iniciou-se na NAMAACHA (Lourenço Marques) o 1º Curso de Comandos de Moçambique;
- 1965 - Passa a funcionar em Luanda o Centro de Instrução de Comandos;
- 1966 - Em abril, é criado em Lamego um novo CI, onde passam a ser formadas Companhias de Comandos para os Teatros de Operações da Guiné e de Moçambique;
- 1969 - Em julho, é criado em Bissau (Guiné) o Batalhão de Comandos da Guiné;
- 04 de julho de 1974 - É criado o Batalhão de Comandos nº 11, que fica aquartelado na Amadora, onde são integradas ou formadas as Companhias de Comandos;

- 01 de outubro de 1993 - É extinto o Regimento de Comandos 1996 – É ministrado o 99º Curso de Comandos, no Centro de Instrução de Operações Especiais / Lamego;
- 09 de maio de 2002 - É reativada a Unidade de Comandos, de escalão Batalhão a 2 Companhias, sediada no Regimento de Infantaria Nº 1 - Serra da Carregueira;
- 01 de julho 2006 – É criado o Centro de Tropas Comandos (CTCmDs). Por Despacho nº 131/CEME/2006 de 26 de junho, com base no Anexo ao DL nº 115/2006 (2ª série) de 16 de junho;
- 31 de março de 2008 - O CTCMDS é transferido do Quartel do Alto da Vela para o Quartel da Carregueira pela Diretiva Nº12/CEME/08 de 10 de Janeiro (exercito.pt, s.d.i).

Parte II- Estudo de Caso

“ O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

(Gil, 1999)

Capítulo 4 – Metodologia

“A metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz portanto uma metodologia ou tecnologia da medida dos fatos científicos. Para ser fiel às suas promessas, uma metodologia deve abordar as ciências sob o ângulo do produto delas – como resultado em forma de conhecimento científico – mas também como processo – como gênese desse próprio conhecimento”.

(Brunyne, Herman e Schoutheete, 1977)

Após a revisão da literatura elaborada no capítulo anterior, através de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Cervo e Bervian (1983),

Explica o problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Passamos, neste capítulo, à apresentação da metodologia utilizada. Começar-se-á por uma breve caracterização do estudo e pelos procedimentos para a sua aplicação. Enunciar-se-ão as variáveis, a amostra e, de seguida, o processo a utilizar no tratamento estatístico e na análise dos dados.

4.1.Caracterização do Estudo

Os estudos podem ser realizados através de métodos de investigação qualitativos e quantitativos, Diehl (2004) apresenta um esboço acerca destas duas estratégias:

- a) A pesquisa quantitativa pelo uso da qualificação, tanto na recolha como no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análises e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;
- b) A pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos.

Com base nesta informação, classificamos o estudo como um método de investigação quantitativo, visto ter sido utilizado um questionário na recolha dos dados, que tem por objetivo a descrição de variáveis e a relação entre elas. O método quantitativo determina-se pelo emprego de instrumentos estatísticos na recolha e tratamento de dados (Gaiot, Milani e Santos, 2014). Para Richardson (1999), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação, tanto nas modalidades de recolha de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outras.

A pesquisa quantitativa garante precisão de resultados, evitando a distorção de interpretação e dando uma margem de segurança quanto às conclusões feitas.

No que concerne à tipologia de pesquisa, vamos caracterizá-la como uma pesquisa descritiva pois, para Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de recolha de dados. Infere-se, portanto, que a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória que, segundo Gil (1999), é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado facto, portanto esse tipo de

pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis, e a pesquisa explicativa que, nas palavras de Andrade (2002), é um tipo de pesquisa mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar os seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas e por esse motivo está mais sujeita a erros.

Os resultados obtidos com a pesquisa descritiva identificam relações entre as variáveis estudadas em determinada população. Andrade (2002) destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Desta forma os fenômenos são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

4.2.Procedimentos de Aplicação

A recolha de dados para o estudo foi efetuada através de questionários. Um questionário é tão-somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto, contudo o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais. (Parasuraman,1991).

Segundo Parasuraman (1991), construir questionários não é uma tarefa fácil e aplicar tempo e esforço adequados para a construção do questionário é uma necessidade, um fator de diferenciação favorável. Não existe uma metodologia padrão para o projeto de questionários, porém existem recomendações de diversos autores com relação a essa importante tarefa no processo de pesquisa científica.

Para a aplicação dos questionários foi necessária a seleção de uma amostra, que é um conjunto de dados ou observações recolhidas a partir de um subconjunto da população, (Brandão, s.d). A população alvo do nosso estudo é constituída pelos militares do Exército Português pertencentes às Forças de Operações Especiais, Comandos e Paraquedistas. Os elementos pertencentes à amostra são unicamente do sexo masculino, dos quadros permanentes e sem restrição de idades.

O questionário foi aplicado por administração direta e no início do questionário foram explicados os propósitos (Anexo 1).

4.3. Objetivos de Estudo

Este trabalho tem como objetivo expor se existe alguma influência da crise económica na vida familiar dos militares. Gomez, Flores e Jimenez (1996) referem que o objetivo geral de um estudo de caso é: explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar. Pretende alcançar-se esse resultado através de uma análise estatística. Os objetivos foram delineados de forma a descrever de modo sucinto a meta a ser atingida. Os objetivos delineados para este trabalho foram os seguintes:

- Caracterização profissional;
- Caracterização sociodemográfica;
- Até que ponto a crise económica influencia o estado civil dos militares e o número dos filhos;
- Identificar a situação económica dos militares.

4.4. Caracterização da Amostra

Para obter a amostra, começamos por definir a população alvo composta pelos militares pertencentes às Forças Especiais do Exército, Operações Especiais, Comandos e Paraquedistas. Dentro dessa população alvo foram colocados 150 questionários, os quais foram distribuídos da seguinte forma:

- 50 questionários para o Centro de Tropas de Operações Especiais, em Lamego;
- 50 questionários para o Centro de Tropas Comandos, na Serra da Carregueira;
- 50 questionários para a Escola de Tropas Paraquedistas, em Tancos.

Destes 150 questionários, foram utilizados 128, sendo que os restantes se encontravam mal preenchidos.

O presente estudo foi efetuado a partir desses 128 questionários, correspondentes a indivíduos do sexo masculino em que as idades variam dos 18 anos, idade a partir da qual é permitido integrar as Forças Armadas Portuguesas, a mais de 45 anos na tabela 1. Podemos ver que a maioria dos indivíduos encontra-se entre os 25 e os 35 anos visto que registam uma percentagem de 55,5%, correspondente a 71 indivíduos.

Tabela 1 – Idades dos Militares

| | Frequência | Percentagem |
|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Menos de 25 anos | 5 | 3,9 |
| Entre os 25 e 35 anos | 71 | 55,5 |
| Entre os 35 e 45 anos | 39 | 30,5 |
| Mais de 45 anos | 13 | 10,2 |
| Total | 128 | 100,0 |

Da amostra de 128 inquiridos, verificamos, na tabela 2, que 48 militares pertencem à Tropa Especial Comandos, registando a mais alta percentagem, estando nos

37,5 % de militares. Verifica-se também que 2,3% dos militares, correspondendo a 3 militares, pertencem a mais do que uma Tropa Especial.

Tabela 2 – Tropa Especial dos Militares

| | Frequência | Percentagem |
|--|-------------------|--------------------|
| Operações Especiais | 35 | 27,3 |
| Paraquedistas | 42 | 32,8 |
| Comandos | 48 | 37,5 |
| Operações Especiais e Paraquedistas | 3 | 2,3 |
| Total | 128 | 100,0 |

Da amostra obtida, verificamos, na tabela 3, que 33,6% dos inquiridos pertence ao posto de 1º Sargento, sendo este o posto em que mais inquiridos se registam, perfazendo 43 militares numa amostra de 128.

Tabela 3 – Posto dos Militares

| | Frequência | Percentagem |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| 2º Sargento | 22 | 17,2 |
| 1º Sargento | 43 | 33,6 |
| Sargento-Ajudante | 23 | 18,0 |
| Sargento-Chefe | 1 | ,8 |
| Alferes | 5 | 3,9 |
| Tenente | 13 | 10,2 |
| Capitão | 13 | 10,2 |
| Major | 5 | 3,9 |
| Tenente Coronel | 3 | 2,3 |
| Total | 128 | 100,0 |

4.5. Procedimentos de análise e tratamento de dados

Para o tratamento dos dados recolhidos nesta investigação foi criada uma base de dados na versão 19 do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) para o Windows, que é um programa, por excelência, para tratamento estatístico de dados (Pereira, s.d.), para introduzir os dados segundo o sistema de codificação pré-estabelecido, de forma a identificar as variáveis. No que concerne ao tratamento estatístico, será utilizada a estatística descritiva como forma de apresentação dos resultados referentes à amostra.

Capítulo 5 – Apresentação e Discussão

5. Apresentação

O objetivo deste estudo centra-se em identificar a influência da crise económica portuguesa na vida familiar dos militares da Brigada de Reação Rápida do Exército, para isso e como método de recolha de dados foram utilizados questionários.

De forma a obter resultados referentes ao estudo, consideramos pertinente analisar para cada objetivo de estudo as seguintes questões:

Caracterização Profissional e Pessoal:

- Posto.
- Qual a razão pela qual se juntou a esta Tropa Especial?
- Habilitações Literárias.

Caracterização Sociodemográfica:

- Com que frequência vai a casa?
- Qual a distância do seu local de trabalho à sua habitação?
- Qual a razão pela qual não vai a casa diariamente?
- Nos dias em que não vai a casa pernoita no seu local de trabalho?

Até que ponto a crise económica influencia o estado civil dos militares e o número dos filhos:

- Estado civil.
- Qual a razão pela qual se encontra nesse estado civil?
- Com que frequência vai a casa?
- Quer ter mais filhos?
- Qual a situação em que se encontra a sua/seu cônjuge?
- Qual a razão pela qual se encontra nesse estado civil?
- Tem filhos?
- Qual a razão pela qual não tem ou não quer ter mais filhos?

Identificar a situação económica dos Militares:

- Qual a sua situação habitacional?
- Estado civil.
- Tem filhos?
- Quer ter mais filhos?
- Tendo a ano de 2012 por comparação, como considera os seguintes

aspectos no ano de 2013:

- Economias (poupanças);
- Hábitos de consumo;
- Lazer (ir ao cinema, jantar fora, férias);
- Despesas de alimentação?

Para se proceder a uma análise introduziram-se os dados no SPSS, o que nos vai permitir proceder à análise da estatística descritiva, que tem por objetivo a redução de dados, tornando uma grande massa de dados num número muito menor de valores ou medidas características ou através de gráficos simples. Nas palavras de Reis (1996), a estatística descritiva consiste na recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos. Segundo Huot (2002), a estatística descritiva é definida pelo conjunto das técnicas e das regras que resumem a informação recolhida sobre uma amostra ou uma população, e isso sem distorção nem perda de informação. Vamos, portanto, neste capítulo passar à análise da estatística descritiva das respostas às várias interrogações do questionário e respetiva interpretação da informação apresentada na base de dados. Para a apresentação e discussão dos dados vamos ter por linha orientadora a primeira parte da dissertação, de forma a identificar de que forma, e se a vida familiar dos militares está a ser influenciada pela crise económica de forma a podermos formar conclusões.

Vamos dividir esta análise em duas partes, primeiramente debruçamo-nos sobre a caracterização profissional dos 128 inquiridos e de seguida passamos para a sua caracterização pessoal.

5.1. Caracterização Profissional e Pessoal

Da amostra de 128 militares, verificamos, na tabela 2, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

- Operações Especiais – 35 militares;
- Paraquedistas – 42 militares;
- Comandos – 48 militares
- Pertencentes a mais de uma Tropa Especial – 3 militares.

No que concerne ao posto que ocupam, verifica-se, segundo a tabela 3, que 33,6% dos inquiridos pertence ao posto de 1º Sargento sendo este o posto em que mais inquiridos se registam, perfazendo o número de 43 militares. Os restantes dividem-se pelos postos de 2º Sargento, Sargento Ajudante, Sargento Chefe, Alferes, Tenente, Capitão, Major e Tenente Coronel.

No que levou os indivíduos a escolher a tropa especial, analisamos a questão número 5- Qual a razão pela qual se juntou a esta Tropa Especial? - e como respostas obtivemos os resultados apresentados na tabela 4.

Tabela 4 – Razão pela qual se juntou a esta tropa especial.

| | Frequência | Percentagem |
|---|-------------------|--------------------|
| Opção Própria | 123 | 96,1 |
| Questões familiares | 5 | 3,9 |
| Questões económicas | 2 | 1,6 |
| Por se encontrar mais perto da sua morada | 2 | 1,6 |
| Total | 128 | 100,0 |

A tabela 4 permitem-nos concluir que dos 128 inquiridos, 123 responderam ter escolhido esta tropa especial por opção própria, registando uma percentagem de 96,1% dos inquiridos, o que nos leva a concluir que as questões económicas não registaram grande importância na escolha da tropa especial, visto ter sido mencionada como motivo de escolha apenas por 3,9% dos inquiridos.

➤ **Grau Literário dos Militares**

Na caracterização pessoal pretendemos aferir se a situação económica em que o país se encontra e os cortes que o exército tem sofrido têm surtido alguma influência na vida familiar dos militares. Para tal, vamos analisar as questões referentes à vida pessoal dos mesmos.

Já analisamos anteriormente, na tabela 1, a questão referente à idade dos militares inquiridos e verificamos que a maioria se encontra entre os 25 e os 35 anos, registando uma percentagem de 55,5% dos inquiridos, correspondente a 71 indivíduos.

De seguida vamos analisar as habilitações literárias dos militares inquiridos.

Tabela 5 – Habilitações Literárias

| | Frequência | Percentagem |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Ensino Secundário | 75 | 58,6 |
| Ensino Médio | 10 | 7,8 |
| Licenciatura | 21 | 16,4 |
| Pós-graduação | 4 | 3,1 |
| Mestrado | 18 | 14,1 |
| Total | 128 | 100,0 |

Com base na tabela 5, verificamos que a maioria dos militares inquiridos possui o ensino secundário, registando uma percentagem de 58,6% dos inquiridos. De forma a entender melhor esta análise, é importante referir que há alguns anos, para entrar na escola de Sargentos, só era necessário o Ensino Secundário, mais precisamente o 9º ano, contudo essa regra foi alterada e nos dias de hoje é necessário o ensino médio, 12º ano; para entrar na Academia Militar é necessário o ensino médio, 12º ano, há muitos anos. Visto isto e sendo que registamos um total de 69,6% dos militares inquiridos pertencentes à classe de Sargentos (tabela 3), a análise demonstra sentido. Com base na tabela 6, concluímos que:

Tabela 6 – Relação entre Habilitações Literárias e Posto: Frequência das categorias Habilitações Literárias em cada Posto.

| Posto | | Habilitações Literárias | | | | |
|-------------------|------------|-------------------------|--------------|--------------|---------------|----------|
| | | Ensino Secundário | Ensino Médio | Licenciatura | Pós-graduação | Mestrado |
| 2° Sargento | N | 17 | 4 | 1 | 0 | 0 |
| | % no Posto | 77,3% | 18,2% | 4,5% | ,0% | ,0% |
| 1° Sargento | N | 37 | 3 | 3 | 0 | 0 |
| | % no Posto | 86,0% | 7,0% | 7,0% | ,0% | ,0% |
| Sargento Ajudante | N | 19 | 3 | 0 | 1 | 0 |
| | % no Posto | 82,6% | 13,0% | ,0% | 4,3% | ,0% |
| Sargento Chefe | N | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | % no Posto | 100,0% | ,0% | ,0% | ,0% | ,0% |
| Alferes | N | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | % no Posto | ,0% | ,0% | ,0% | ,0% | 100,0% |
| Tenente | N | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 |
| | % no Posto | ,0% | ,0% | ,0% | ,0% | 100,0% |
| Capitão | N | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 |
| | % no Posto | ,0% | ,0% | 100,0% | ,0% | ,0% |
| Major | N | 0 | 0 | 4 | 1 | 0 |
| | % no Posto | ,0% | ,0% | 80,0% | 20,0% | ,0% |
| Tenente Coronel | N | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| | % no Posto | 33,3% | ,0% | ,0% | 66,7% | ,0% |

Dentro da classe dos Sargentos existem:

Como 2°Sargento:

- 77,3% dos militares tem o ensino secundário;
- 18,2% dos militares tem o ensino médio;
- 4,5% dos militares tem licenciatura.

Como 1° Sargento:

- 86,0% dos militares tem o ensino secundário;
- 7,0% dos militares tem o ensino médio;
- 7,0% dos militares tem licenciatura.

Sargento-ajudante:

- 82,6% dos militares tem o ensino secundário;
- 13,0% dos militares tem o ensino médio;
- 4,3% dos militares tem pós-graduação.

Como Sargento-chefe:

- 100% dos militares tem o ensino secundário.

Dentro da classe do Oficiais existem:

Como Alferes:

- 100% dos militares tem mestrado.

Como Tenente:

- 100% dos militares tem mestrado.

Como Capitão:

- 100% dos militares tem licenciatura.

Como Major:

- 80% dos militares tem licenciatura;
- 20% dos militares tem pós-graduação.

Como Tenente Coronel:

- 33,3% dos militares tem o ensino secundário;
- 66,7% dos militares tem licenciatura;

Com base nestes dados, é importante referir que a Escola de Sargentos tem a duração de 2 anos, em média, e não confere nenhum grau académico aos alunos Sargentos, enquanto a Academia Militar tem a duração de 5 anos, em média, e confere o grau de licenciatura aos alunos Oficiais, sendo por isso que a classe de oficiais regista o maior número de mestrados. Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson, verifica-se que a significância do teste é de 0,0%, pelo que temos de considerar que

existe uma relação entre as variáveis, sendo que as habilitações literárias são dependentes do posto.

5.2.Caracterização Sociodemográfica

Tabela 7 – Distância do local de trabalho à sua habitação

| | Frequência | Porcentagem |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Menos de 15km | 41 | 32,0 |
| Entre 15 a 50km | 34 | 26,6 |
| Entre 50 e 100km | 19 | 14,8 |
| Entre 100 a 150km | 16 | 12,5 |
| Entre 150 a 200km | 8 | 6,3 |
| Mais de 200km | 10 | 7,8 |
| Total | 128 | 100,0 |

Tabela 8 – Com que frequência vai a casa

| | Frequência | Porcentagem |
|------------------|-------------------|--------------------|
| Diariamente | 62 | 48,4 |
| Dia sim, dia não | 10 | 7,8 |
| Ao fim de semana | 51 | 39,8 |
| Outro | 3 | 2,3 |
| Total | 126 | 100,0 |

Depois de verificar que 48, 4% dos inquiridos, correspondente a 62 militares, vai a casa diariamente, vamos passar a analisar o porquê dos restantes 66 militares não o fazerem. Para isso vamos passar à análise estatística da questão 17 - Qual a razão pela qual não vai a casa diariamente?

Tabela 9 – Por que razão não vai a casa diariamente

| Motivos | Frequência | Percentagem |
|----------------|-------------------|--------------------|
| Profissionais | 24 | 18,8 |
| Financeiros | 35 | 27,3 |
| Pessoais | 8 | 6,3 |
| Outros Motivos | 8 | 6,3 |
| Total | 75 | 100,0 |

Das possíveis respostas à questão 17, verificamos na tabela 9 que o motivo pelo qual mais militares não vão a casa é por motivos financeiros, registando-se uma percentagem de 27,3% dos inquiridos, seguido dos motivos profissionais com 18,8% dos inquiridos. Os restantes inquiridos escolheram as respostas por motivos pessoais e por outros motivos, sendo que dos oito militares que escolheram outros motivos, cinco deles referiram a distância entre o local de trabalho e a residência.

Destes 66 militares que não vão a casa diariamente, 65 deles pernoitam no local de trabalho (tabela 10), ou seja, ficam no quartel militar a que pertencem.

Tabela 10 – Pernoita no local de trabalho

| | Frequência | Percentagem |
|-------|-------------------|--------------------|
| Sim | 65 | 50,8 |
| Não | 1 | ,8 |
| Total | 66 | 100,0 |

- **Até que ponto a crise económica influencia o estado civil dos militares e o número de filhos.**

Com base na tabela 11, verificamos que 52,3% dos inquiridos são casados e que 10,2% vive em união de facto, ou seja, 60,5% dos inquiridos já começou a sua própria família.

Tabela 11 – Estado Civil

| | Frequência | Percentagem |
|----------------|-------------------|--------------------|
| Casado | 67 | 52,3 |
| União de facto | 13 | 10,2 |
| Solteiro | 42 | 32,8 |
| Divorciado | 6 | 4,7 |
| Total | 128 | 100,0 |

Quanto à razão pela qual os inquiridos se encontram neste estado civil, a maior parte deles respondeu ser por vontade própria (tabela 12).

Sendo que no estado civil de:

Casado:

- 1,5% dos militares casaram por questões económicas;
- 3% dos militares casaram por questões profissionais;
- 91,0% dos militares casaram por opção própria;
- 3% dos militares casaram por outros motivos.

União de Facto:

- 92,3% dos militares estão em união de facto por opção própria;
- 7,7% dos militares estão em união de facto por outros motivos.

Solteiro:

- 4,8% dos militares está solteiro por questões económicas;

- 4,8% dos militares está solteiro por razões profissionais;
- 83,3% dos militares está solteiro por opções próprias;
- 2,4% dos militares está solteiro por outros motivos.

Divorciado:

- 33,3% dos militares estão divorciados por razões profissionais;
- 50% dos militares estão divorciados por opção própria;
- 16,7% dos militares estão divorciados por outras razões.

Tabela 12 - Relação entre Razão do Estado Civil e Estado Civil: Frequência das categorias Razão do Estado Civil cada Situação do Estado Civil.

| Estado civil | | Razão do Estado Civil | | | |
|---------------|-------------------|-----------------------|--------------|---------------|-------|
| | | Económica | Profissional | Opção própria | Outro |
| Casado | N | 1 | 2 | 61 | 2 |
| | % no Estado Civil | 1,5% | 3,0% | 91,0% | 3,0% |
| União de Fato | N | 0 | 0 | 12 | 1 |
| | % no Estado Civil | ,0% | ,0% | 92,3% | 7,7% |
| Solteiro | N | 2 | 2 | 35 | 1 |
| | % no Estado Civil | 4,8% | 4,8% | 83,3% | 2,4% |
| Divorciado | N | 0 | 2 | 3 | 1 |
| | % no Estado Civil | ,0% | 33,3% | 50,0% | 16,7% |

Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson, na tabela 12, verifica-se que a significância do teste é de 16,0%, pelo que temos de considerar que não existe uma relação entre as variáveis.

Tendo em conta os resultados da tabela anterior, considerou-se pertinente perceber a relação entre o estado civil e a frequência das idas a casa. Com base nos dados apresentados na tabela 13, verificamos que os casados são os que registam uma taxa mais elevada de idas a casa diariamente e os solteiros registam a taxa mais alta de idas a casa ao fim de semana.

Tabela 13 – Relação entre estado civil e com que frequência vai a casa

| Com que frequência vai a casa | | Estado Civil | | | |
|---------------------------------|---|--------------|----------------|----------|------------|
| | | Casado | União de facto | Solteiro | Divorciado |
| Diariamente | N | 45 | 5 | 8 | 4 |
| % Com que frequência vai a casa | | 72,6% | 8,1% | 12,9% | 6,5% |
| Dia sim, Dia não | N | 4 | 2 | 4 | 0 |
| % Com que frequência vai a casa | | 40,0% | 20,0% | 40,0% | ,0% |
| Fim de semana | N | 15 | 6 | 29 | 1 |
| % Com que frequência vai a casa | | 29,4% | 11,8% | 56,9% | 2,0% |
| Outro | N | 1 | 0 | 1 | 1 |
| % Com que frequência vai a casa | | 33,3% | ,0% | 33,3% | 33,3% |

Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson, na tabela 13, verifica-se que a significância do teste é de 0,0%, pelo que temos de considerar que existe uma relação entre as variáveis, sendo que a frequência com que vai a casa é dependente do estado civil.

Na continuação desta análise e examinando a relação entre o facto de querer ter mais filhos e a frequência com que vai a casa, na tabela 14, verifica-se que 60,5% dos inquiridos que vai a casa diariamente não quer ter mais filhos e que 39,5% dos que vão a casa diariamente querem ter mais filhos.

Tabela 14 – Relação entre quer ter mais filhos e com que frequência vai a casa

| Com que frequência vai a casa? | | Quer ter mais filhos? | |
|----------------------------------|---|-----------------------|-------|
| | | Sim | Não |
| Diariamente | N | 17 | 26 |
| % Com que frequência vai a casa? | | 39,5% | 60,5% |
| Dia sim, Dia não | N | 1 | 3 |
| % Com que frequência vai a casa? | | 25,0% | 75,0% |
| Ao fim de semana | N | 6 | 8 |
| % Com que frequência vai a casa | | 42,9% | 57,1% |
| Outro | N | 1 | 2 |
| % Com que frequência vai a casa? | | 33,3% | 66,7% |

Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson, na tabela 14, verifica-se que a significância do teste é de 92,7%, pelo que temos de considerar que não existe uma relação entre as variáveis, sendo que o facto de querer ter mais filhos é independente da frequência com que vai a casa.

O nosso questionário foi aplicado a militares dos quadros permanentes tendo emprego certo. Desses militares, 62,5% dos inquiridos são casados, o que se reflete em 80 cônjuges para análise. Desta forma, analisando a situação dos seus cônjuges com base na tabela 15, vimos que:

Tabela 15 - Relação entre Habilitações Literárias dos Cônjuges e a Situação dos Cônjuges: Frequência das categorias Habilitações Literárias em cada Situação do Cônjuge.

| Habilitações Cônjuge | | Situação do Cônjuge | | |
|----------------------|------------------------|---------------------|-------|--------------|
| | | Empregado | Outro | Desempregado |
| Ensino secundário | N | 22 | 1 | 11 |
| | % Habilitações Cônjuge | 64,7% | 2,9% | 32,4% |
| Ensino médio | N | 4 | 0 | 1 |
| | % Habilitações Cônjuge | 80,0% | ,0% | 20,0% |
| Licenciatura | N | 19 | 1 | 10 |
| | % Habilitações Cônjuge | 63,3% | 3,3% | 33,3% |
| Pós-graduação | N | 4 | 0 | 1 |
| | % Habilitações Cônjuge | 80,0% | ,0% | 20,0% |
| Mestrado | N | 4 | 0 | 1 |
| | % Habilitações Cônjuge | 80,0% | ,0% | 20,0% |
| Doutoramento | N | 0 | 0 | 1 |
| | % Habilitações Cônjuge | ,0% | ,0% | 100,0% |

No que concerne às habilitações literárias dos cônjuges, estas estão distribuídas da seguinte forma:

- 34 cônjuges possuem o ensino secundário;
- 5 cônjuges possuem o ensino médio;
- 30 cônjuges possuem licenciatura;
- 5 cônjuges possuem o mestrado;
- 1 cônjuge possui o doutoramento.

Verifica-se que a taxa de desemprego mais alta se regista nos cônjuges que possuem o ensino secundário, logo seguido pelos que possuem uma licenciatura.

Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson, verifica-se que a significância do teste é de 95,5%, pelo que temos de considerar que a situação dos

cônjuges é independente das suas habilitações literárias, não existindo nenhuma relação estatisticamente significativa entre elas.

Tabela 16- Situação dos Cônjuges

| | Frequência | Percentagem |
|--------------|-------------------|--------------------|
| Empregado | 53 | 41,4 |
| Outro | 2 | 1,6 |
| Desempregado | 25 | 19,5 |
| Total | 80 | 62,5 |

No que diz respeito à empregabilidade, verificamos, com base na tabela 16, que 53 cônjuges se encontram empregados, estando só 25 em situação de desemprego. Com base na tabela 16, concluímos que destes 25 desempregados, 11 possuem o ensino secundário e 10 a licenciatura.

No que diz respeito à questão 10 - Tem Filhos? - verifica-se, na tabela 17, que as respostas obtidas têm percentagens iguais.

Tabela 17 – Tem filhos?

| | Frequência | Percentagem |
|-------|-------------------|--------------------|
| Sim | 64 | 50,0 |
| Não | 64 | 50,0 |
| Total | 128 | 100,0 |

Dado a análise da tabela 17, e de forma a aprofundar a análise, procedeu-se ao estudo da relação entre a situação de cada cônjuge e se este tem filhos e verificou-se, na tabela 18, que 62,3% dos cônjuges empregados tem filhos e que 80% dos cônjuges desempregados tem filhos.

Tabela 18 – Relação entre a situação do cônjuge e se tem filhos

| Situação cônjuge | | Tem filhos? | |
|------------------|-----------------------|-------------|-------|
| | | Sim | Não |
| Empregado | N | 33 | 20 |
| | % na situação cônjuge | 62,3% | 37,7% |
| Desempregado | N | 20 | 5 |
| | % na situação cônjuge | 80,0% | 20,0% |
| Outro | N | 1 | 1 |
| | % na situação cônjuge | 50,0% | 50,0% |

Depois da análise da tabela 18, achamos relevante mencionar a relação entre se tem filhos e o estado civil. Para esta análise, apresentamos a tabela 19, onde verificamos que dos inquiridos casados 76,1% dos militares tem filhos, dos inquiridos em união de facto 23,1% dos militares tem filhos, dos inquiridos solteiros 14,3% dos militares tem filhos e dos inquiridos divorciados 66,7% dos militares tem filhos. Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson, verifica-se que a significância do teste é de 0,0%, pelo que podemos concluir que existe relação entre as duas variáveis.

Tabela 19 - Relação entre tem filhos e o estado civil: Frequência das categorias tem filhos em cada situação do estado civil.

| Estado Civil | | Tem Filhos? | |
|----------------|----------------|-------------|-------|
| | | Sim | Não |
| Casado | N | 51 | 16 |
| | % Estado Civil | 76,1% | 23,9% |
| União de Facto | N | 3 | 10 |
| | % Estado Civil | 23,1% | 76,9% |
| Solteiro | N | 6 | 36 |
| | % Estado Civil | 14,3% | 85,7% |
| Divorciado | N | 4 | 2 |
| | % Estado Civil | 66,7% | 33,3% |

Quanto ao número de filhos por casal, verificamos, na tabela 20, que 49,2% dos militares inquiridos tem somente 1 filho.

Tabela 20- Quantos filhos tem?

| Nº de filhos | Quantos | | |
|--------------|---------|------|-----|
| | 1 | 2 | 3 |
| N | 31 | 26 | 6 |
| % | 49,2 | 41,3 | 9,5 |

Dos inquiridos que têm filhos, quando questionados se querem ter mais filhos, 30,5% dos militares responderam que não (tabela 21)

Tabela 21 – Quer ter mais filhos?

| | Frequência | Porcentagem |
|-------|------------|-------------|
| Sim | 26 | 20,3 |
| Não | 39 | 30,5 |
| Total | 65 | 100,0 |

Dada a resposta à questão - Quer ter mais filhos? - considerou-se pertinente verificar a relação entre se quer ter mais filhos e a situação do cônjuge, constatando-se, na tabela 22, que o maior número de inquiridos que respondeu não querer mais filhos tem o cônjuge empregado, sendo que situação do cônjuge empregado, 65,7% dos militares responderam não querer ter mais filhos. Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson para a tabela 22, verifica-se que a significância do teste é de 39,9%, pelo que temos de considerar que não existe uma relação entre as variáveis, sendo que a situação do cônjuge é independente do facto de querer ter mais filhos.

Tabela 22 – Relação entre quer ter mais filhos e a situação do cônjuge

| Situação cônjuge | | Quer ter mais filhos? | |
|------------------|-----------------------|-----------------------|-------|
| | | Sim | Não |
| Empregado | N | 12 | 23 |
| | % na situação cônjuge | 34,3% | 65,7% |
| Desempregado | N | 7 | 13 |
| | % na situação cônjuge | 35,0% | 65,0% |
| Outro | N | 1 | 0 |
| | % na situação cônjuge | 100,0% | ,0% |

No que concerne à questão 13 - Qual a razão pela qual não tem ou não quer ter mais filhos? - questão que foi colocada a todos os inquiridos, a resposta divide-se pelas opções de resposta representadas na tabela 23. Feita a análise, averiguamos que 45,3% dos inquiridos afirma que não tem ou não quer ter mais filhos por opção própria, esta opção regista a percentagem mais alta; de seguida temos a opção por motivos económicos, tendo sido escolhida por 26,6% dos inquiridos. Desta forma, podemos dizer que os motivos económicos têm importância neste aspeto, contudo não é o motivo primordial.

Tabela 23 – Qual a razão pela qual não tem ou não quer ter mais filhos?

| Motivo | Frequência | Percentagem |
|-----------------------|------------|-------------|
| Opção própria | 58 | 45,3 |
| Motivos profissionais | 11 | 8,6 |
| Motivos económicos | 34 | 26,6 |
| Outros motivos | 8 | 6,3 |
| Total | 111 | 100,0 |

5.3. Situação Económica

Tendo em conta a crise económica que o país está a passar, consideramos relevante colocar questões que tenham a ver com a situação económica dos inquiridos. Para tal, começamos por inquirir sobre a situação habitacional de cada um, tendo em conta a dificuldade económica de muitos portugueses para ter casa, e verificamos, na tabela 24, que 56,3% dos inquiridos se encontra a pagar a sua habitação e somente 9,4% dos inquiridos possui habitação própria.

Tabela 24 – Situação habitacional

| | Frequência | Percentagem |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------|
| Encontra-se a pagar a sua habitação | 72 | 56,3 |
| Habitação própria | 12 | 9,4 |
| Habitação alugada | 23 | 18,0 |
| Encontra-se a viver em casa de outros | 19 | 14,8 |
| Outra | 2 | 1,6 |
| Total | 128 | 100,0 |

Com base na informação da tabela 24, considerou-se relevante efetuar o estudo da relação entre a situação habitacional e o estado civil e na tabela 25 verificamos que o maior número de inquiridos que se encontram a pagar habitação se encontra na categoria de casados, registando 73,1% dos inquiridos, e o maior número de inquiridos que vive em casa de outros, encontra-se na categoria de solteiros. Analisando a estatística Qui-Quadrado de Pearson, na tabela 28, verifica-se que a significância do teste é de 0,0%, pelo que temos de considerar que as variáveis se encontram relacionadas, sendo portanto a situação habitacional dependente do estado civil.

Tabela 25 - Relação entre situação habitacional e o estado civil: Frequência das categorias situação habitacional em cada situação do estado civil.

| Estado Civil | | Situação Habitacional | | | | |
|---------------|-------------------|-----------------------|---------|---------|------------------------|-------|
| | | Encontra-se a pagar | Própria | Alugada | Vive em casa de outros | Outra |
| Casado | N | 49 | 7 | 10 | 1 | 0 |
| | % no Estado Civil | 73,1% | 10,4% | 14,9% | 1,5% | ,0% |
| União de Fato | N | 9 | 1 | 2 | 1 | 0 |
| | % no Estado Civil | 69,2% | 7,7% | 15,4% | 7,7% | ,0% |
| Solteiro | N | 11 | 4 | 9 | 16 | 2 |
| | % no Estado Civil | 26,2% | 9,5% | 21,4% | 38,1% | 4,8% |
| Divorciado | N | 3 | 0 | 2 | 1 | 0 |
| | % no Estado Civil | 50,0% | ,0% | 33,3% | 16,7% | ,0% |

A última questão inquiria - tendo o ano de 2012 por comparação, como considera os seguintes aspetos no ano de 2013? A resposta teve por base uma escala de likert, sendo que: 1- Diminuíram muito; 2- Diminuíram; 3- Mantiveram-se; 4- Aumentaram e 5- Aumentaram muito. Passamos a apresentar os resultados:

Tabela 26 - Economias e poupanças

| | Frequência | Percentagem |
|------------------|------------|-------------|
| Diminuíram muito | 86 | 67,2 |
| Diminuíram | 30 | 23,4 |
| Mantiveram-se | 9 | 7,0 |
| Aumentaram | 2 | 1,6 |
| Total | 1 | ,8 |

A tabela 26 mostra que, no que concerne a economias e poupanças, 90,6% dos inquiridos mencionam que diminuíram, sendo que dessa percentagem 67,2% dos inquiridos respondeu que diminuíram muito.

Tabela 27 – Hábitos de consumo

| | Frequência | Porcentagem |
|------------------|-------------------|--------------------|
| Diminuíram muito | 44 | 34,4 |
| Diminuíram | 64 | 50,0 |
| Mantiveram-se | 18 | 14,1 |
| Aumentaram | 1 | ,8 |
| Total | 1 | ,8 |

Quanto aos hábitos de consumo (tabela 27), 50,0% dos inquiridos menciona que diminuíram e 34,4% dos inquiridos menciona que diminuíram muito. No que diz respeito às despesas referentes à alimentação (tabela 28), 43,0% dos inquiridos afirma que se mantiveram e 21,9% dos inquiridos afirma que diminuíram.

Tabela 28 – Despesas se Alimentação

| | Frequência | Porcentagem |
|------------------|-------------------|--------------------|
| Diminuíram muito | 8 | 6,3 |
| Diminuíram | 28 | 21,9 |
| Mantiveram-se | 55 | 43,0 |
| Aumentaram | 22 | 17,2 |
| Total | 15 | 11,7 |

A tabela 29 refere os gastos no que diz respeito ao lazer, às idas ao cinema, ao jantar fora, às férias, e nesta verificamos que 93,8% dos inquiridos se manteve na escala do diminuíram, sendo que dessa percentagem 50,8% dos inquiridos respondeu que diminuíram muito.

Tabela 29 - Lazer – cinema, jantar fora e férias

| | Frequência | Porcentagem |
|------------------|-------------------|--------------------|
| Diminuíram muito | 65 | 50,8 |
| Diminuíram | 55 | 43,0 |
| Mantiveram-se | 6 | 4,7 |
| Aumentaram | 2 | 1,6 |
| Total | 128 | 100,0 |

De seguida vamos analisar a relação existente entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer, com as categorias do estado civil e a tropa especial a que pertencem. Para tal, vamos utilizar a análise de variância ANOVA.

Vamos começar por estudar a relação das classes com as categorias do estado civil. Começamos por obter as estatísticas descritivas para as classes em cada uma das categorias do estado civil.

Como vemos na tabela 30, para a classe:

- Economias e poupanças: verifica-se que as estas diminuíram menos no estado civil de união de facto registando uma média de 1,92, e diminuíram mais no estado civil de divorciado com uma média de 1,0.
- Hábitos de consumo: verifica-se que estes diminuíram menos no estado civil de União de facto com uma média de 2,23, e diminuíram mais no estado civil de divorciado com uma média de 1,33.
- Lazer - cinema, jantar fora e férias: verifica-se que estes diminuíram menos no estado civil de solteiro com uma média de 1,79, e diminuíram mais no estado civil de casado com uma média de 1,46.
- Despesas de alimentação: verifica-se que estas diminuíram menos para o estado civil de união de facto com uma média de 3,46, e diminuíram mais no estado civil de divorciado com uma média de 2,0.

Verificamos, na tabela 30, que o valor de prova em todas as questões é inferior a 5%, pelo que se rejeita a hipótese nula de que a média das respostas é igual para todas as categorias do estado civil. As diferenças observadas são estatisticamente significativas.

Tabela 30 – Teste ANOVA: Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer nas várias categorias do estado civil.

| | Estado civil | N | Média | Desvio Padrão | F (ANOVA) | p |
|---------------------------------------|-------------------|----|-------|------------------|----------------------------|--------|
| Economias poupanças | Casado | 67 | 1,30 | ,551 | F _{2,124} = 4,242 | **,007 |
| | União de facto | 13 | 1,92 | 1,115 | | |
| | Solteiro | 42 | 1,62 | ,882 | | |
| | Divorciado | 6 | 1,00 | ,000 | | |
| Hábitos de consumo | Casado | 67 | 1,69 | ,633 | F _{2,124} = 4,144 | **,008 |
| | União de facto | 13 | 2,23 | ,832 | | |
| | Solteiro | 42 | 2,02 | ,841 | | |
| | Divorciado | 6 | 1,33 | ,516 | | |
| Lazer cinema jantar fora férias | Casado | 67 | 1,46 | ,559 | F _{2,124} = 2,985 | **,034 |
| | União de facto | 13 | 1,62 | ,650 | | |
| | Solteiro | 42 | 1,79 | ,782 | | |
| | Divorciado | 6 | 1,17 | ,408 | | |
| Despesas de alimentação | Casado | 67 | 3,01 | ,992 | F _{2,124} = 2,958 | **,035 |
| | União de facto | 13 | 3,46 | 1,330 | | |
| | Solteiro | 42 | 3,17 | 1,034 | | |
| | Divorciado | 6 | 2,00 | ,632 | | |

**diferença significativa para $p < 0,01$

Vamos passar à relação das categorias com a tropa especial a que pertencem. Começamos por obter as estatísticas descritivas para as classes em cada uma das categorias apresentadas na tabela 31.

Tabela 31 - Teste ANOVA: Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer nas várias categorias da Tropa Especial

| | Tropa Especial | N | Média | Desvio padrão | F (ANOVA) | p |
|-------------------------|---|----|-------|---------------|-------------------|-------|
| Economias poupanças | Operações especiais | 35 | 1,66 | ,938 | $F_{2,124}=1,193$ | 0,351 |
| | Pára-quedaistas | 42 | 1,40 | ,701 | | |
| | Comandos | 48 | 1,35 | ,668 | | |
| | Operações Especiais, Pára-quedaistas e Comandos | 3 | 1,33 | ,577 | | |
| | | | | | | |
| Hábitos de consumo | Operações especiais | 35 | 1,83 | ,618 | $F_{2,124}=0,062$ | 0,980 |
| | Pára-quedaistas | 42 | 1,86 | ,783 | | |
| | Comandos | 48 | 1,83 | ,834 | | |
| | Operações Especiais, Pára-quedaistas e Comandos | 3 | 1,67 | ,577 | | |
| | | | | | | |
| Lazer | Operações especiais | 35 | 1,69 | ,832 | $F_{2,124}=0,579$ | 0,630 |
| | Pára-quedaistas | 42 | 1,52 | ,594 | | |
| | Comandos | 48 | 1,54 | ,582 | | |
| | Operações Especiais, Pára-quedaistas e Comandos | 3 | 1,33 | ,577 | | |
| | | | | | | |
| Despesas de alimentação | Operações especiais | 35 | 3,14 | 1,141 | $F_{2,124}=0,411$ | 0,745 |
| | Pára-quedaistas | 42 | 2,95 | ,962 | | |
| | Comandos | 48 | 3,13 | 1,084 | | |
| | Operações Especiais, Pára-quedaistas e Comandos | 3 | 2,67 | 1,155 | | |
| | | | | | | |

Vamos estudar a relação das classes com as categorias da Tropa Especial. Começamos por obter as estatísticas descritivas para as classes em cada uma das categorias do estado civil.

Como vemos na tabela 31, para a classe:

- Economias e poupanças: dentro desta classe verificou-se que diminuíram menos para a tropa especial de operações especiais com uma média de 1,66, e que diminuíram mais para o conjunto de tropa especial operações especiais, pára-quedistas e comandos com uma média de 1,33.
- Hábitos de consumo: nesta classe verificou-se que diminuíram menos na tropa especial pára-quedistas com uma média de 1,86, e diminuíram mais no conjunto de tropa especial operações especiais, pára-quedistas e comandos com uma média de 1,67.
- Lazer: nesta classe verificou-se que diminuíram menos na tropa especial de operações especiais com uma média de 1,69, e registou-se que diminuíram mais no conjunto de tropa especial, operações especiais, pára-quedistas e comandos com uma média de 1,33.
- Despesas de alimentação: nesta classe verificou-se que diminuíram menos na tropa especial de operações especiais com uma média de 3,14, e que diminuíram mais no conjunto de tropa especial, operações especiais, pára-quedistas e comandos com uma média de 2,67.

Verificamos que em quase todas as classes os militares de operações especiais foram os mais prejudicados pela crise económica. Verificamos, na tabela 31, que o valor de prova em todas as questões é superior a 5%, pelo que não se rejeita a hipótese nula de que a média das respostas seja igual para todas as categorias da tropa especial a que pertencem, ou seja, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

De seguida vamos analisar a relação existente entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer, com as categorias tem filhos e se quer mais filhos. Para tal, vamos utilizar o Teste T para médias.

O Teste t vai permitir-nos testar hipóteses sobre as médias de variáveis. De forma a relacionar as questões, vamos utilizar o teste T para amostras independentes.

Vamos definir as hipóteses necessárias para analisar as médias das respostas em cada categoria se tem filhos e as hipóteses são:

H_0 : A média das respostas é igual para ambas as respostas se tem filhos.

H_1 : Existe diferença entre as médias das respostas para ambas as respostas se tem filhos.

Segundo a tabela 32, referimos que a média das classes para cada opção de - Tem filhos? - relativamente à amostra, observa-se que é igual em todas as classes. No desvio padrão, observa-se que existe dispersão das classes, sendo que o valor é superior, na classe de despesas, na alimentação.

Tabela 32 – Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer com a categoria se tem filhos: Estatísticas descritivas e resultados do teste t.

| | | N | Média | Desvio padrão | Teste t | p |
|----------------------------|-----|----|-------|------------------|-------------------|--------|
| Economias | Sim | 64 | 1,25 | ,535 | $t_{102,8}=3,118$ | **0,02 |
| poupanças | Não | 64 | 1,66 | ,895 | | |
| Hábitos de consumo | Sim | 64 | 1,78 | ,678 | $t_{121,7}=,823$ | 0,412 |
| | Não | 64 | 1,89 | ,819 | | |
| Lazer | Sim | 64 | 1,50 | ,591 | $t_{121,3}=1,207$ | 0,230 |
| | Não | 64 | 1,64 | ,721 | | |
| Despesas de alimentação | Sim | 64 | 3,06 | 1,097 | $t_{125,4}=,000$ | 0,100 |
| | Não | 64 | 3,06 | 1,022 | | |

** diferença significativa para $p < 0,01$

Como verificamos na tabela 32, o valor de prova na classe de economias e poupanças é inferior a 5%, pelo que temos de rejeitar a hipótese nula de que a média das respostas é igual para ambas as categorias se tem filhos. As poupanças diminuíram mais na categoria de quem tem filhos, pelo que, se rejeita a hipótese nula de que a média das respostas é igual para ambas as categorias de se tem filhos, nas classes Hábitos de consumo, Lazer e Despesas de alimentação, não se rejeita a hipótese nula de que a

média das respostas seja igual para ambas as categorias de se tem filhos, pois a significância é sempre superior a 5%.

Analisando a tabela 32, verificamos que para as classes de economias e poupanças, de hábitos de consumo e de lazer se regista um aumento da média na categoria de não tem filhos, para a classe de despesas na alimentação a média entre as categorias de resposta é igual.

De seguida vamos analisar a relação existente entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer, com a categoria se quer mais filhos. Para tal, vamos utilizar o Teste T para médias.

Vamos definir as hipóteses necessárias para analisar as médias das classes em cada categoria se quer ter mais filhos e as hipóteses são:

H_0 : A média das classes é igual para ambas as respostas se quer ter mais filhos.

H_1 : Existe diferença entre as médias das classes para ambas as respostas se quer ter mais filhos.

Segundo a tabela 33, observa-se que a média das classes para cada opção se quer ter mais filhos, relativamente à amostra, é igual em todas as classes para a resposta sim e para a resposta não.

Verificamos, na tabela 33, que o valor de prova na resposta de despesas de alimentação é inferior a 5% pelo que se rejeita a hipótese nula de que a média das respostas é igual para ambas as categorias de se quer ter mais filhos, nas restantes respostas é superior a 5%, pelo que se aceita a hipótese nula de que a média das respostas é igual para ambas as categorias de se quer ter mais filhos.

Tabela 33 – Relação entre as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, despesas de alimentação e de lazer, com a categorias se quer ter mais filhos: Estatísticas descritivas e resultados do teste t.

| | | N | Média | Desvio padrão | Teste t | P |
|----------------------------|-----|----|-------|------------------|----------------------|---------|
| Economias poupanças | Sim | 26 | 1,27 | ,452 | $t_{61,811} = ,093$ | 0,926 |
| | Não | 39 | 1,26 | ,595 | | |
| Hábitos de consumo | Sim | 26 | 1,92 | ,744 | $t_{48,913} = 1,317$ | 0,192 |
| | Não | 39 | 1,69 | ,655 | | |
| Lazer | Sim | 26 | 1,58 | ,643 | $t_{47,734} = 1,120$ | 0,267 |
| | Não | 39 | 1,41 | ,549 | | |
| Despesas de alimentação | Sim | 26 | 3,46 | ,948 | $t_{58,961} = 2,519$ | * 0,014 |
| | Não | 39 | 2,79 | 1,105 | | |

Analisando a tabela 33, verificamos que em todas as classes a média aumentou na categoria de resposta sim.

5.4. Discussão de resultados

O objeto deste estudo é a influência da crise na vida familiar dos militares.

De forma a iniciar esta análise, começamos por mencionar que esta crise económica teve o seu início nos EUA, chegou à Europa e consequentemente a Portugal, o que levou o país a recorrer à ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), pela 3ª vez, em 6 de abril de 2010. Nas principais medidas impostas pelo FMI, encontravam-se os cortes nas forças de segurança, entre outros, sendo que este foi apontado como sendo o mais prejudicado (*International monetary fund, Rethinking the state—selected expenditure reform options*).

Como forma de chegar a uma conclusão, dividiu-se a análise dos resultados pelos objetivos definidos. Como tal, no que diz respeito à caracterização profissional e pessoal, concluiu-se que, no que concerne à escolha da Tropa Especial, 96,1% dos inquiridos escolheram por opção própria (tabela 4), sendo que só 1,6% dos inquiridos basearam a sua escolha em questões económicas (tabela 4), embora só uma pequena percentagem de inquiridos (tabela 4) tenham admitido ter escolhido esta Tropa Especial por se encontrar perto da sua morada. Verificamos, na tabela 10, que 58,6% dos militares se encontram a menos de 50Km de casa, e que 48,4% dos militares vai a casa diariamente (tabela 8). Perante estas informações, calculamos que a distância de casa poderá ter influenciado, ainda que indiretamente, esta escolha. Dos inquiridos que não vão a casa diariamente, 27,3% responderam ser por motivos económicos (tabela 9). Daqui concluímos que, embora a situação económica tenha influenciado, esta não foi predominante em nenhuma escolha.

No que concerne à influência da crise económica no estado civil dos militares e no número de filhos, começamos por mencionar que 52,3% dos militares inquiridos são casados, 10,2% dos militares inquiridos vive em união de facto e os restantes encontram-se na situação de solteiros e divorciados (tabela 11). Quando questionados do porquê de se encontrarem nesse estado civil, verificamos que na sua maioria todos responderam ser por opção própria, somente 1,5% dos inquiridos no estado civil de casados e 4,8% dos inquiridos no estado civil de solteiros responderam ser por questões económicas. Verificamos, portanto, através do valor de 16,0% de significância, que o estado civil é independentemente da razão pela qual se encontra nesse estado civil, relativamente aos cônjuges, que 19,5% se encontram desempregados (tabela 16). No

que concerne aos filhos, verifica-se que 50% dos inquiridos tem filhos (tabela 17) e quando questionados sobre o porquê de não ter filhos ou não querer ter mais filhos, 45,3% dos inquiridos indicam ser por opção própria e 26,6% dos inquiridos afirma ser por motivos económicos, o que indica uma influência na vida familiar. Mais uma vez verificamos, tal como referimos anteriormente, que a crise económica está a influenciar de forma negativa a natalidade. Quando confrontamos a situação dos cônjuges com a questão se tem filhos, verificamos, através do teste de significância com o valor de 0,0%, que existe uma relação entre eles, sendo que o maior número de filhos situa-se na situação em que o cônjuge se encontra empregado (tabela18). Quanto à relação entre a situação do cônjuge e se este quer ter mais filhos, verifica-se, através do teste de significância, com o valor de 39,9% que não existe relação entre elas. Concluimos, portanto, que não dependem uma da outra (tabela 22).

Os inquiridos indicaram que de 2012 para 2013 as economias e poupanças diminuíram, sendo que 67,2% dos inquiridos indica que diminuíram muito. No que diz respeito aos hábitos de consumo, estes também diminuíram, 50% dos inquiridos responderam que diminuíram e 34,4% dos inquiridos indicaram que diminuíram muito. As despesas com a alimentação mantiveram-se, tendo sido esta a resposta de 43,0% dos inquiridos, sendo que só 17,2% destes referiu que aumentaram. Na área do lazer, a maioria dos inquiridos manteve-se no diminuíram, sendo que 43% dos inquiridos respondeu que diminuíram e 50,8% indicou que diminuíram muito.

Verificamos também que, embora exista uma influência económica no estado civil dos inquiridos, e no que concerne a filhos, esta não é relevante, tratando-se de um número pequeno.

No âmbito da situação económica do inquiridos, uma percentagem de 56,3 dos inquiridos encontra-se a pagar a sua habitação (tabela 24), esta situação influencia o estado civil dos inquiridos. O valor de significância entre as variáveis estado civil e situação habitacional deu um valor de 0,0% de significância, o que nos indica que existe uma dependência entre elas.

Na última questão, os inquiridos, tendo o ano de 2012 por comparação, consideraram os seguintes aspetos:

Economias e poupanças: onde 67,2% dos inquiridos mencionaram que diminuíram muito e 23,% dos inquiridos mencionam que diminuíram;

Hábitos de consumo: 34,4% dos inquiridos mencionaram que diminuíram muito, e 50% dos inquiridos responderam que diminuíram;

Despesas de alimentação: 43,0% dos inquiridos mencionam que se mantiveram;

Lazer: 50,8% dos inquiridos indicam que diminuíram muito, e 43,0% dos inquiridos indicam que diminuíram.

Verifica-se, portanto, que a crise económica neste aspecto teve uma influência significativa. Para tal, utilizamos a Anova. Quando relacionadas estas classes com algumas categorias, verificamos que na relação com o estado civil, a significância é superior a 5% em todas as classes, pelo que estas estão interligadas e são dependentes, ou seja, as várias escolhas do estado civil vão influenciar as classes, na relação com a Tropa especial verifica-se também que o valor da significância é superior a 5%, pelo que se encontram também interligadas, sendo dependentes. Para a análise entre as classes e as categorias se tem filhos e se quer ter mais filhos utilizamos o teste t para médias. Nesse teste, na relação das classes com a categoria se tem filhos, verifica-se que, no que concerne à classe de economias e poupanças, que a média das classes não são iguais para ambas as respostas Sim ou Não. Nas restantes classes, as médias são iguais, na análise das classes com a categoria quer ter mais filhos verificamos que a média das classes é igual para ambas as respostas.

Quando relacionadas as classes economias e poupanças, hábitos de consumo, lazer e despesas de alimentação, com o estado civil verificou-se que o estado civil mais afetado pela crise económica foi o de união de facto, sendo que, registou as médias mais altas em todas as classes com a exceção da classe de lazer onde a média mais alta foi registada pelo estado civil solteiro, o estado civil menos afetado pela crise económica foi o de divorciado tendo registado as médias mais baixas. Quando relacionadas as classes com a tropa especial verificamos que a tropa especial, operações especiais foi a mais prejudicada pela crise económica tendo registado a média mais alta para as classes economias e poupanças, lazer e despesas na alimentação, a tropa dos pára-quedistas registou a média mais alta na classe de hábitos de consumo, quanto a tropa especial menos prejudicada pela crise, a que registou a média mais baixa em todas as classes foi

o conjunto de tropa especial, operações especiais, pára-quedistas e comandos. No cruzamento das classes com a categoria de resposta se tem filhos verificamos que dentro das classes de economias e poupanças, de hábitos de consumo e de lazer se regista um aumento da média na categoria de não tem filhos, para a classe de despesas na alimentação a média entre as categorias de resposta é igual, sendo que os mais prejudicados pela crise económica foram os militares que não tem filhos. No cruzamento das classes com as categorias de resposta se quer ter mais filhos, verificamos que em todas as classes a média aumentou na categoria de resposta sim.

Concluimos, portanto, nestas análises que as classes Economias e poupanças, Hábitos de consumo, Despesas de alimentação e Lazer, são influenciadas pelo Estado Civil e pela Tropa Especial a que pertencem. No que concerne às médias, estas estão distribuídas uniformemente pelas classes, à exceção da classe economias e poupanças com a categoria tem filhos.

Conclusão

O tema desta dissertação foi escolhido tendo por objetivo interpretar até que ponto a crise económica portuguesa influencia a vida familiar dos militares. A crise económica e a crescente preocupação em relação à empregabilidade tem vindo a suscitar preocupação aos portugueses, e isso influencia indiretamente a família, diminuindo sucessivamente o número de casamentos e, mais importante, baixando o número de nascimentos, levando à descida da natalidade em Portugal.

Dado o referido anteriormente entende-se que as forças armadas foram alvos de cortes orçamentais avultados, levando a diversos cortes dentro das mesmas, incluindo cortes de pessoal e de vencimentos.

No decorrer deste trabalho, tínhamos por base os seguintes objetivos de estudo:

- Caracterização profissional;
- Caracterização sociodemográfica;
- Até que ponto a crise económica influencia o estado civil dos militares e o número dos filhos;
- Identificação da situação económica dos militares.

Tendo por base estes objetivos, e depois de analisarmos os resultados, verificamos que a crise económica não tem grande influência na vida familiar dos militares, sendo que as únicas questões onde a crise económica teve maior impacto foram nos 27,3% de inquiridos que não iam a casa diariamente por motivos económicos, bem como uma percentagem de 26,6% dos inquiridos que não tem ou não quer ter mais filhos por motivos económicos, verifica-se aqui portanto uma interferência tanto a nível económico quanto a nível do trabalho na família, em virtude do que foi mencionado pode-se concluir que a crise económica afetou a vida familiar dos militares inquiridos nestes dois aspetos.

No que concerne ao resto das questões, verifica-se que a crise económica não tem uma grande influência na vida familiar dos militares.

No início da dissertação foram delineados os objetivos de estudo, contudo deparamo-nos com alguma dificuldade na análise dos mesmos pois, como mencionamos anteriormente, constata-se que a crise económica não influi na vida familiar dos militares em grande escala e isso colocou alguns obstáculos.

No final deste estudo concluímos portanto que embora em alguns aspetos a crise se tenha feito sentir, mais na área das economias e poupanças, dos hábitos de consumo, do lazer e nas despesas de alimentação, nas idas a casa e na paternidade, a crise não foi de fato um fator condicionante na maior parte das escolhas feitas pelos militares inquiridos, nomeadamente na escolha da tropa especial a que pertencem, ao que na sua maioria responderam ser por opção própria.

Outros obstáculos que condicionaram este trabalho prenderam-se, logo no início do estudo, com a aprovação do questionário por parte do Chefe do Estado Maior do Exército, o qual limitou algumas das questões, as quais tiveram de ser eliminadas e/ou modificadas.

Na revisão da literatura, notou-se alguma dificuldade em encontrar bibliografia acerca das Forças Armadas, mais especificamente do Exército e da sua relação com a crise económica.

Como sugestões para futuras pesquisas, considera-se ser pertinente analisar uma amostra maior de militares pertencentes aos três ramos das Forças Armadas de forma a identificar em qual destes se sente mais a crise económica e de que forma.

Assumimos, portanto, que este estudo pode vir a ser uma contribuição, visto existirem poucos trabalhos que abordem esta temática.

Bibliografia

- Alves, J., C., M. (1977). *Direito Romano*. Rio: Forense.
- Andrade, M., M., (2002). Como preparar trabalhos para cursos de Pós-graduação: noções Práticas. São Paulo: Atlas.
- Antunes. S. (2010). Antropologia e Sociologia da Família: Caderno de Síntese Teórica. [S.I.].
- Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, (2012). Sustentabilidade Financeira dos Subsistemas Públicos de Segurança Social em Portugal: Situação Actual e Análise Prospectiva: Lisboa.
- Brandão, R., M., (s.d). Departamento de matemática da UA. Consultado em 12 de junho, 2014. Disponível em <http://www.rbrandao.uac.pt/IntEstatistica/AcetatosCap0.pdf>.
- Bruyne, P.; J. Herman & E. Schoutheete (1977). Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: Os Pólos da Prática Metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Cervo, A., L; Bervian, P., A. (1983). Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Cooper, G. (2008). *A origem das crises financeiras*. Lisboa: Lua de papel.
- Costa, F. S., Mendonça, A., Romão, A., & Silva, J. R. (2012). *Portugal, a europa e a crise económica e financeira internacional*. Lisboa: Almedina.
- Diário da República, 1.ª série — N.º 184 — 21 de setembro de 2012 5341
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL Decreto-Lei n.º 211/2012
de 21 de setembro.
- Diehl, A., A., (2004). Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall.
- DNEconomia, (s.d.). FMI liberta próxima tranche do empréstimo a Portugal. Consultado a 18 de janeiro, 2014. Disponível em www.dn.pt.
- Durvan,(s.d.). Grande Enciclopédia Universal. Lisboa: Durclub,pp.5479-5481.
- Estanque. E. (2012). A classe média: Ascensão e Declínio. Lisboa: FFMS.
- EUROSTAR (2014). Consultado em 14 de janeiro, 2014. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/employment_social_policy_e_quality/introduction.

- Parlamento Português (s.d). Consultado em 18 de fevereiro, 2014. Disponível em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=35004>.
- Pereira, P. (s.d.). Técnicas de Decisão para Gestores, Análise de Dados Simples e Multivariada Utilizando o SPSS. Manual da disciplina, Universidade Católica, Viseu.
- Economias, (s.d.). Medidas do FMI em Portugal. Consultado em 14 de janeiro, 2014. Disponível em <http://www.economias.pt/medidas-do-fmi-em-portugal/>.
- E.R.Probst. (s.d.) *A evolução da mulher no mercado de trabalho* (Pós Graduação de Gestão Estratégica de Recursos Humanos). Consultado em 3 de Janeiro, 2014. Disponível em <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas, (s.d.). Missões Atuais. Consultado em 18 de março, 2014. Disponível em www.emgfa.pt
- Estado-Maior-General das Forças Armadas, (s.d.). Operações – Operações Militares no Estrangeiro: Junto de Representações Diplomáticas. Consultado em 18 de março, 2014. Disponível em www.emgfa.pt
- Exército, (s.d.a). Historial do Exército. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt .
- Exército, (s.d.b). Visão do Exército. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt .
- Exército, (s.d.c). Brigada de Reação Rápida: Historial. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt .
- Exército, (s.d.d). Brigada de Reação Rápida: Visão e Missão. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt .
- Exército, (s.d.e). Centro de Tropas Para-quedistas: Missão. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt .
- Exército, (s.d.f). Centro de Tropas Para-quedistas: Historial. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt .
- Exército, (s.d.g). Centro de Tropas de Operações Especiais: Visão. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt .

- Exército, (s.d.h). Centro de Tropas de Operações Especiais: Historial. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt.
- Exército, (s.d.i). Centro de Tropas Comandos: Historial. Consultado em 18 de março de 2014. Disponível em www.exercito.pt.
- Expresso, (2013). Aguiar-Branco anuncia cortes de 218 milhões nas Forças Armada. Consultado em 29 de março de 2014. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/aguiar-branco-anuncia-cortes-de-218-milhoes-nas-forcas-armadas=f787277#ixzz2ziinpzJK>.
- FONSECA, T. (2014). *O mapa mais preocupante da Europa: o do desemprego*. Consultado em 18 de março, 2014. Disponível em <http://www.dinheirovivo.pt/Graficos/Detalhe/CIECO150428.html>
- Força Aérea, (s.d.a). Aeronaves. Consultado em 22 de fevereiro, 2014. Disponível em <http://www.emfa.pt/www/index>
- Força Aérea, (s.d.b). Missão. Consultado em 22 de fevereiro, 2014. Disponível em <http://www.emfa.pt/www/index>.
- Gaiot, T., Milani, M. e Santos, D., (2014). *Novas Perspetivas na pesquisa Contábil: Grau de Evidenciação das Informações Voluntárias das Instituições de Ensino Superior Confessionais e Não Confessionais*. Consultado em 18 de julho de 2014. Disponível em <http://congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/273.pdf>.
- Gil, A., C., (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Greenhause, J.H. e Foley, S., (2007). *The intersection of work and family lives*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Greenhause, J.H. e Parasuraman, S., (1999). *Research on work, family and gender: Current status and future directions*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Gomez, G., R.; Flores, J.; Jimènez, E., (1996). *Metodologia de la Investigacion Cualitativa*, Malaga: Ediciones Aljibe.
- Gutek, B.A., Searle, S. e Klepa, L. (1991). Rational versus gender role explanations of work-family conflict. *Journal of Applied Psychology*.
- Huot, Réjean (2002). *Métodos quantitativos para as ciências Humanas* (tradução de Maria Luís Figueiredo). Lisboa: Instituto Piaget
- INE, (s.d.). Principais Indicadores. Consultado em 19 de janeiro, 2014. Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main.

- Lewis, S. (1997). Family friendly, employment policies: a route to changing organizational culture or playing about at the margins. *Work and Organization*.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento & Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, p.p. 25-69.
- Marinha Portuguesa, (s.d.a). Armada. Consultado em 18 de fevereiro, 2014. Disponível em <http://www.marinha.pt/pt-pt/Paginas/default.aspx>.
- Marinha Portuguesa, (s.d.b). Historial e Estratégia. Consultado em 18 de fevereiro, 2014. Disponível em <http://www.marinha.pt/pt-pt/Paginas/default.aspx>.
- Marinha Portuguesa, (s.d.c). Missão. Consultado em 18 de fevereiro, 2014. Disponível em <http://www.marinha.pt/pt-pt/Paginas/default.aspx>.
- Mussini, J., A. (s.d.). Família, Parentesco e Sociedade. Direção Internacional de Pós-graduação Mestrado em Antropologia. Universidade Tecnológica Intercontinental.
- Notas da OIT, (s.d.). Organização internacional do trabalho. Trabalho e responsabilidades familiares: Novos enfoques. Nº 1).
- O'Driscoll, M., P. (1996). The interface between job and off-job roles: Enhancement and conflict. *International Review of Industrial and Organizational Psychology*.
- Orçamento do Estado para 2011. Decreto-Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro. Diário da República n.º 253-1º série.
- Orçamento do Estado para 2012. Decreto-Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro. Diário da República n.º 250-1º série.
- Orçamento do Estado para 2013. Decreto- Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro. Diário da República n.º 252-1º série.
- Parasuraman, A., (1991). *Marketing research*. Addison Wesley Publishing Company.
- Portugal. Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro. Diário da República Eletrónico. Consultado em 29 de março de 2014. Disponível em <http://dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20122549&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Lei&v12=66-B/2012&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

- Pordata, (s.d.a). Casamentos em Portugal. Consultado em 18 de janeiro, 2014. Disponível em www.pordata.pt/.
- Pordata, (s.d.b). Emigração em Portugal. Consultado em 18 de Junho, 2014. Disponível em www.pordata.pt/.
- Pordata, (s.d.c). Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho em Portugal. Consultado em 18 de janeiro, 2014. Disponível em www.pordata.pt/.
- Pordata, (s.d.d). População desempregada: total e por grupo etário em Portugal. Consultado em 18 de Junho, 2014. Disponível em www.pordata.pt/.
- Pordata, (s.d.e). Taxa bruta de natalidade em Portugal. Consultado em 18 de janeiro, 2014. Disponível em www.pordata.pt/.
- Pordata, (s.d.f). Taxa de Desemprego em Portugal. Consultado em 18 de Junho, 2014. Disponível em www.pordata.pt/.
- Pordata, (s.d.g). Taxa de fecundidade por grupo etário em Portugal. Consultado em 18 de Junho, 2014. Disponível em www.pordata.pt/.
- Publico, (2013). Corte de 218 milhões nas Forças Armadas a partir de 2014. Consultado a 14 de janeiro, 2014. Disponível em www.publico.pt.
- Relatório da Conta da Segurança Social, (2012). Ficha Técnica, Parte II.
- Reis, E. (1996). Estatística descritiva, Lisboa: Edições Sílabo.
- Richardson, R., J., (1999). Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas.
- Santos, G., G., (2011). Desenvolvimento de Carreira: Uma análise centrada entre o trabalho e a família. Lisboa: Editora RH.
- Saraceno, C. (1997). –Sociologia da Família. Lisboa: Estampa.
- Schwartz, G., Lopes, P., Granados, C., M., Sinnott, E., Soto, M., & Tinios, P. (2013). *International monetary fund, Rethinking the state—selected expenditure reform options*. Portugal.
- Steffy, B. D. e Jones, J.W. (1988). The impacto f family and career planning variables on the organizational, career, and community commitment of professional woman. *Jornal of Vocational Behavior*.
- Thompson, C., A., Beauvais, L., L. e Lyness, K., S. (1999). When work-family benefits are not enough: The influence of work-family culture on benefit utilization, organizational attachment, and work-family conflict. *Jornal of Vocational Behavior*.

- Tomas, J., M. (2013). História de Portugal: As Forças Armadas. Consultado em 14 de março, 2014. Disponível em <http://historia-portugal.blogspot.pt/2013/03/as-forcas-armadas-portuguesas.html>.
- Whaley, L.F., Wong, D.L. (1989). Enfermagem pediátrica (2ª ed). Rio de Janeiro: Guanabara.

Anexos

Anexo 1 – Questionário

Questionário

Instruções de Resposta ao questionário:

Este questionário visa a recolha de informação que permita aferir de que forma a crise económica do país afeta a vida familiar dos militares das Forças Armadas Portuguesas.

O questionário destina-se aos militares masculinos dos quadros permanentes do exército, que façam parte das seguintes tropas especiais: Operações Especiais, Comandos e Para-Quedistas.

A sua participação é voluntária, sendo um questionário anónimo e confidencial. Por esta razão não escreva nele o seu nome.

O tratamento deste questionário é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu anonimato é respeitado.

É de extrema importância que responda com o máximo de rigor e honestidade.

Não existem respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Se eventualmente se enganar a assinalar a resposta risque-a e marque a que pretende.

Por favor não deixe nenhuma questão por responder, isso invalidará o questionário.

Após ter respondido ao questionário, introduza-o no envelope e feche-o, entregando-o posteriormente à pessoa responsável.

1. Posto:

2º Sargento

Sargento Mor

Capitão

1º Sargento

Aspirante

Major

Sargento Ajudante

Alferes

Tenente Coronel

Sargento Chefe

Tenente

Coronel

2. Idade:

Menos de 25 anos

Entre 35 e 45 anos

Entre 25 e 35 anos

Mais de 45 anos

3. Habilitações Literárias

Ensino Secundário

Pós-Graduação

Ensino médio/ Profissional

Mestrado

Licenciatura

Doutoramento

4. A que Tropa Especial pertence?

Operações Especiais

Comandos

Para-Quedistas

5. Qual a razão pela qual se juntou a esta Tropa Especial?

Por opção própria

Por questões económicas

Por questões familiares

Por se encontrar mais perto da sua morada

6. Estado civil:

Casado

Solteiro (se esta for a sua escolha passe para a questão nº9)

União de facto

Divorciado (se esta for a sua escolha passe para a questão nº9)

Viúvo (se esta for a sua escolha passe para a questão nº10)

7. Quais as habilitações literárias da/o sua/seu cônjuge?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Secundário | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |
| <input type="checkbox"/> Ensino médio/ Profissional | <input type="checkbox"/> Mestrado |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura | <input type="checkbox"/> Doutoramento |

8. Qual a situação em que se encontra a sua/seu cônjuge?

- | | |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Empregada/o | <input type="checkbox"/> Desempregada/o |
| <input type="checkbox"/> Outro | |

9. Qual a razão pela qual se encontra nesse estado civil?

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Económica | <input type="checkbox"/> Opção Própria |
| <input type="checkbox"/> Profissional | <input type="checkbox"/> Outra _____ |

10. Tem filhos?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Sim Quantos _____ | <input type="checkbox"/> Não (se respondeu não passe para a questão nº 13) |
|---|--|

11. Qual a situação do/s seu/s filho/s no momento?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Ficam em casa com a Mãe ou outro familiar | <input type="checkbox"/> Frequentam o Secundário |
| <input type="checkbox"/> Ficam no infantário | <input type="checkbox"/> Frequentam o Ensino Superior |
| <input type="checkbox"/> Frequentam a Primária | <input type="checkbox"/> Já terminaram os estudos |

12. Quer ter mais filhos?

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Sim (se respondeu sim passe para a questão nº14) |
| <input type="checkbox"/> Não |

13. Qual a razão pela qual não tem ou não quer ter mais filhos?

Por opção própria Motivos económicos

Motivos profissionais Outras _____

14. Qual a sua situação habitacional?

Encontra-se a pagar a sua habitação Encontra-se a viver em casa de outros

Habitação própria Outras _____

Habitação alugada

15. Qual a distância do seu local de trabalho a sua habitação?

Menos de 15 Km Entre 100 a 150 Km

Entre 15 a 50 Km Entre 150 a 200 Km

Entre 50 a 100 Km Mais de 200 Km

16. Com que frequência vai a casa?

Diariamente (se esta foi a sua escolha passe para questão nº19) Ao fim de semana

Dia sim, dia não Outro _____

17. Qual a razão pela qual não vai a casa diariamente?

Por motivos profissionais Por motivos pessoais

Por motivos financeiros Outros _____

18. Nos dias em que não vai a casa pernoita no seu local de trabalho?

Sim Não

19. Possui viatura Própria?

Sim

Não

20. Tendo a ano de 2012 por comparação como considera os seguintes aspetos no ano de 2013:

(responda tendo em conta a seguinte escala 1=Diminuíram Muito, 2= Diminuíram, 3=Mantiveram-se, 4= Aumentaram, 5=Aumentaram Muito).

| | 1 Diminuíram Muito | 2 Diminuíram | 3 Mantiveram-se | 4 Aumentaram | 5 Aumentaram Muito |
|--|-----------------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Economias (poupanças) | | | | | |
| Hábitos de consumo | | | | | |
| Lazer (ir ao cinema, jantar fora, férias) | | | | | |
| Despesas de alimentação | | | | | |

O seu questionário termina aqui.

Muito Obrigado pela sua Disponibilidade e Colaboração.

